

## ATA NÚMERO 21

### Sessão Ordinária de 23 de abril de 2025

-----Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Amarante, em sessão ordinária, devidamente convocada, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do respetivo Regimento, para ter início às vinte horas, com a seguinte ORDEM DO DIA: -----

1. **Relatório de atividades e situação financeira do Município** – Para conhecimento; -----
2. **Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao segundo semestre de 2024** - (Registo n.º 8210/2025/04/15) – Para conhecimento;-----
3. **Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2024** – (Registo n.º 2938/2025/04/09);-----
4. **Autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais** - (Registo n.º 2730/2025/04/02); -----
5. **Alteração ao Plano Diretor Municipal de Amarante** – (Registo n.º 10560/2024/12/12); -----
6. **Código Regulamentar do Município de Amarante** - Retificação de erros materiais da Tabela Geral de Taxas – Livro III – Urbanismo – Ratificação - (Registo n.º 2546/2025/03/27);-----
7. **Aprovação do Regulamento de Organização e Funcionamento do Estabelecimento Termal de Amarante** – (Registo n.º 447/2025/01/17); ---
8. **Alteração aos contratos interadministrativos celebrados com as Juntas de Freguesia** – Atividades de cariz cultural – Para conhecimento - (Registo n.º 2080/2025/03/13);-----
9. **Manual de Gestão** – Primeira revisão – (Registo n.º 1948/2025/03/10) – Para conhecimento; -----
10. **Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações** | Relatório anual | 2024 – (Registo n.º 1472/2024/02/23) – Para conhecimento; -----
11. **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas** | Relatório de avaliação anual | 2024 – (Registo n.º 2951/2025/04/09) – Para conhecimento. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, assumiu a presidência da Mesa, sendo coadjuvado por Carlos Marques da Silva Macedo, como primeiro secretário, e Sara Moreira Machado, como segunda secretária. -----

-----Feita a chamada, verificou-se que estavam presentes os/as seguintes membros: -----

-----Pedro Manuel Pinto Ribeiro, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Ercília Gonçalves Costa, António Ferreira Soares Araújo, Cândido Augusto Pires Zoio, João Carlos dos Santos Leite, Maria de Lurdes Pinheiro Coelho, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Sara Luísa Magalhães Maia, Liliana Cristina Pereira Ribeiro, Carlos António da Silva Carvalho, Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Sara Moreira Machado, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Vítor Manuel Briga Rei, Carlos Alberto Freitas Miranda, Rui Pedro Barreira Morais, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Miguel André Carvalho Varejão, Inês Brochado Marinho Bastos Batista, Carlos Marques da Silva Macedo, Ana Margarida Fernandes Carvalho, José Luís Mesquita Peixoto, José Augusto Oliveira Araújo e Joaquim Augusto Teixeira. -----

-----Presidentes de Junta de Freguesia, ou seus/suas representantes: Ansiães – António Fonseca Brandão; Candemil – Ana Sofia Marinho Briga; Fregim – Sandra Castro Fraga; Fridão – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós; Gondar – Hugo Vaz; Gouveia (São Simão) – Joaquim de Oliveira; Jazente – Daniela Conceição Teixeira Ribeiro; Lomba – José Filipe de Jesus Carvalho; Louredo – António Jorge Barbosa Torres; Lufrei – António Alexandrino Ferreira de Magalhães; Mancelos – Ricardo Samuel Teixeira Alves; Padronelo – Armando Jorge Pinheiro Coimbra; Rebordelo – Cláudia Daniela Mota e Silva; Salvador do Monte – Pedro Davide Leite Fernandes; Telões – Ivone Sofia Ribeiro; Travanca – Fernando José Teixeira da Cunha; Vila Caiz – José António Pereira Ferreira; Vila Chã do Marão – Rui Filipe Coelho; Vila Meã – Lino Manuel Macedo; União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea – Henrique Jorge Monteiro; União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão – Américo Paulo da Silva Ribeiro; União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Ângelo Pereira Magalhães; União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) – Daniel António Teixeira Pinheiro; União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo – Alfredo Teixeira Carvalho; União das Freguesias de Olo e Canadelo – Sara Mónica Seixas Gomes Leite; União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa – António Cândido Alves Pinheiro.

-----Pediram a substituição ou justificaram a respetiva falta, os/as senhores/as

deputados/as: Alexandra Gabriela de Almeida Bento Pinto (substituída por Pedro Manuel Pinto Ribeiro), Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós (substituído Maria de Lurdes Pinheiro Coelho), André da Silva e Ribeiro e Costa Magalhães (substituído por Liliana Cristina Pereira Ribeiro), Simone Guedes de Oliveira, José Joaquim Magalhães Teixeira (substituído por Miguel André Carvalho Varejão), Francisca Oliveira Teixeira Alves dos Santos (substituída por José Luís Mesquita Peixoto).-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo Senhor Presidente Câmara Municipal, António Jorge Vieira Ricardo, e pelos/as senhores/as vereadores/as: Hugo Miguel Costa Carvalho, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, Carlos Gonçalo Teixeira Pereira, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Sílvia Isabel Brochado Araújo, Joana Rita de Sousa Covelo de Abreu e Carlos Manuel Azevedo Pereira.-----

-----Seguidamente, após verificação do quórum, pelas vinte horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. ---

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----Nos termos do disposto na alínea a), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, procedeu-se à apreciação e votação da ata n.º 20, respeitantes à sessão ordinária de 28.02.2025, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pedido dispensa da sua leitura em voz alta, uma vez que a mesma foi previamente disponibilizada na plataforma informática.-----

-----Inscreveu-se para usar da palavra a Senhora Deputada Ercília Costa, para chamar a atenção para uma incorreção do nome do anterior Senhor Presidente da Câmara Municipal, onde se lia João e devia ler-se José. Efetuada a correção, procedeu-se à votação da ata, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Não participaram na votação, por estarem ausentes da sala: Carlos Alberto Freitas Miranda, Miguel André Carvalho Varejão, Inês Brochado Marinho Bastos Batista, Presidente da Junta de Freguesia de Fridão - Cristina da Conceição Queirós e Presidente da Junta de Freguesia de Rebordelo - Claudia Daniela Mota e Silva; e, por força do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação desta ata, por terem estado ausentes da respetiva sessão, os/as senhores/as membros: Sara Luísa Magalhães Maia, Torcato Fernando Carvalho Ferreira, José Luís Mesquita Peixoto, bem como os senhores presidentes das juntas de freguesia de: Gondar - Hugo Vaz; União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea - Henrique Jorge Monteiro; União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo - Alfredo Teixeira Carvalho.-----

-----De seguida, deu conhecimento da correspondência recebida mais relevante,

desde a última sessão, de acordo com a alínea b), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento. -----

-----De seguida, nos termos da alínea c), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da entrada na Mesa de um voto de pesar, subscrito por todos os Grupos Políticos Municipais e Grupo de Cidadãos Eleitores “Juntos Por Ansiães”, com o seguinte teor: -----

-----“Os Grupos Municipais e o Membro Independente da Assembleia Municipal de Amarante propõem um VOTO DE PESAR pelo falecimento do Papa Francisco. -----

----- Voto de Pesar -----

-----A Assembleia Municipal de Amarante manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco, figura de grande relevância espiritual, moral e humanitária no nosso tempo. -----

-----Ao longo do seu pontificado, o Papa Francisco deixou um testemunho notável de proximidade, humildade e defesa dos mais vulneráveis, sendo um exemplo de diálogo, paz e esperança para milhões de pessoas em todo o mundo, independentemente da sua fé. -----

-----A sua vida e legado perdurarão como inspiração de serviço ao bem comum e à dignidade humana. -----

-----A Assembleia Municipal de Amarante associa-se assim ao luto internacional pela sua partida, guardando um momento de silêncio em sua memória. -----

-----Amarante, 23 de abril de 2025.-----

----- O Grupo Municipal do PSD, -----

----- O Grupo Municipal do PS, -----

----- O Grupo Municipal do CDS/PP, -----

----- O Membro da Assembleia Independente.” -----

-----Seguidamente, foi submetido à votação o voto de pesar, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Estavam presentes sala 52 membros dos 53 que compõem a Assembleia Municipal.-----

-----Após a votação, foi cumprido um minuto de silêncio. -----

-----De seguida, deu-se início ao período para tratamento de assuntos de interesse geral do Município (n.º 3, artigo 17.º do Regimento). -----

-----Inscreveram-se para usar da palavra: -----

-----**A Senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Recentemente, foi publicado um anúncio de procedimento para a construção de alojamento para a comunidade de etnia cigana e eu gostava de saber

se esse anúncio é legal, uma vez que é alvo de discriminação de uma etnia. Não está em causa o princípio da igualdade e da inclusão, que eu defendo, claramente, mas é o facto de ter sido despoletado nas redes sociais, nomeadamente, naquele partido que tem um presidente que tem utilizado um discurso cada vez mais de fragmentação e de ódio. A Câmara Municipal, no fundo, acaba por ser responsável por esse ódio e racismo, que é preocupante, e que se verifica depois desse aviso. E não está em causa, repito, a construção de habitação para a comunidade de etnia cigana. A segunda questão é sobre a conferência 'Inquietar – Alterações climáticas e imigrações', para felicitar o Senhor Vereador Adriano Santos e o Senhor Presidente da Câmara Municipal pela organização e é pena que não tivesse participado mais gente, dado a temática em discussão, até porque eu já me sentia inquieta e ainda mais fiquei, depois desta conferência. Não só pelas alterações climáticas, mas sobre a forma como se olha para os migrantes, que, na sua base, procuram a fuga para situações mais confortáveis e, também, pelas alterações climáticas. O que eu esperava é que houvesse um efeito prático para a autarquia e volto aqui a reforçar a questão já anteriormente colocada, sobre a colocação de painéis solares na Casa da Juventude. Na altura, foi-me dito pelo então Senhor Presidente da Câmara Municipal, que tal estava previsto para uma segunda fase. Ora, considerando a emergência destas alterações e a importância que a energia tem para a sustentabilidade do país, para quando a colocação dos painéis? Também já aqui coloquei a questão das comunidades de energia renovável. Se tiver a oportunidade de pesquisar, já há várias câmaras municipais e até juntas de freguesia, que têm comunidades de energia renovável. A comunidade poderia ter um impulso e ser liderada pela Câmara Municipal, recorrendo a instituições como a cooperativa Copérnico, que tem colaborado muito na criação das CER's. Uma outra questão, o alargamento e requalificação do Cemitério Municipal de Amarante, está prometido, mas ainda não se vislumbra nenhuma obra. A obra de requalificação da pavimentação da rede viária, ali entre a rotunda da Vinha e a rotunda do Colégio de São Gonçalo, estão a colocar o betão nas rotas que fizeram para colocação de infraestruturas. Para quando a obra definitiva, uma vez que é caótica, sendo muito difícil passar naquele troço, porque não tem sinalização vertical adequada? A sinalização horizontal nas passadeiras para peões, que já aqui referi, a passadeira junto à Escola Secundária de Amarante e a sua segurança, por não estarem muito visíveis. Sobre as obras na Alameda Teixeira de Pascoaes, pergunto se já foi apresentado o projeto definitivo? Há um muro, em Geraldês, no arruamento em direção à rotunda da Vinha, no qual tem uma placa que

alerta para o perigo de queda, há vários meses. Passo lá diariamente e estou sempre a ver quando pode cair, porque é mesmo junto à faixa de rodagem. Não sei se o muro é da responsabilidade da Câmara Municipal, ou se é de um privado. Se for da Câmara Municipal, esta deverá agir; se for de um privado, deve ser notificado o proprietário do mesmo. Uma outra situação que me foi reportada, ontem, que não confirmei se era verdade, sobre uma eventual esplanada, junto ao Cine-Teatro de Amarante, queria perguntar se é verdade e se a mesma estava contemplada no procedimento de adjudicação daquele bar? E, se for verdade, quantas mesas estão previstas? E saber se estão acautelados os direitos de outros comerciantes contíguos? Se for verdade o que me disseram, vai trazer bastante prejuízo para os outros comerciantes. Por último, estive a rever o compromisso eleitoral da coligação Afirmar Amarante e tem lá previsto a criação de um museu das minas de Vieiros. Pergunto-lhe se vai ser feito?" -----

----- **O Senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"O motivo que me traz aqui é precisamente o problema da habitação. Amarante tem vindo a fazer um trabalho notável nesta temática; à data de hoje, submeteu 31 candidaturas ao abrigo da Estratégia Local de Habitação, abrangendo no seu total 349 soluções habitacionais; dessas 349, 225 já contam com financiamento a 100%; das 225, 121 são habitações novas. Isto representa um investimento de 30 M€, sendo que 17 M€ já estão adjudicados ou em processo de adjudicação. Importa também referir alguns dos que já foram adjudicados e estão em curso, como a Escola Primária da Portela, em Rebordelo, Escola Primária da Bouça, em Canadelo, Escola Primária de Infesta e Escola Primária da Senhora do Campo, em Gouveia (São Simão), Escola Primária do Paço, em Vila Chã do Marão, Escola Primária da Ovelhinha, em Gondar, Escola Primária do Rosso, em Figueiró (Santa Cristina), Jardim de Infância de Água Nova e Jardim de Infância da Cumieira, em Figueiró (Santiago), Escola Primária do Penedo, em Vila Meã, Rua Nova Devesa, em Padronelo, Edifício da Casa da Quinta da Igreja, na União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina), Edifício do Centro Pastoral de Figueiró (Santiago), Construção de 4 fogos em Louredo, 17, em Vila Meã e Ataíde, reabilitação de 32 fogos na Bouça do Pombal. Em processo de adjudicação, temos a Escola Primária da Aldeia Velha, em Gouveia (São Simão), Bairro Cancela de Abreu, Casa dos Pobres e Confraria, em Vila Caiz, Cruzeiro, Francos e Eira Nova, em Fregim, na Rua Nossa Senhora da Graça, Lugar do Barral, em Gouveia (São Simão), Lugar do

Ferro, em Lufrei, Lugar de Nogueira, em Mancelos, algumas em Fridão, em Travanca, Vila Garcia, Aboim e Chapa, antiga sede da Junta de Freguesia de Freixo de Cima, União das Freguesias de Olo e Canadelo, seis fogos em Louredo. Isto são os nomes por que são designados os procedimentos. E, ainda, o já referido edifício para a comunidade cigana, que me parece uma gota de água neste imenso oceano de execução e de propostas de execução que a Câmara Municipal de Amarante está a concretizar. Podemos concordar que a designação do procedimento poderá não ser a mais feliz; não me parece que tenha sido algo propositado e acho que não devemos confundir a beira da estrada com a estrada da beira; nem devemos fazer disto algo que venha minorizar o impacto que a Estratégia Local de Habitação está a ter em Amarante, principalmente porque – e isto também é importante, quando nos comparamos com municípios vizinhos – importa dizer que, dos 11 municípios da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, até 31 de março, em termos de candidaturas aprovadas, Felgueiras não tinha nenhuma habitação, Lousada, 33, Penafiel, 18, Marco de Canaveses, 92, Celorico de Basto, 20, e nós, nesta primeira tranche de financiamento, vamos com 225 habitações. Acho que importa realçar o bom trabalho que está a ser feito e o grande impacto que está a ter. E a infeliz situação de um título menos positivo, que pode ter dado para um ou outro “tik-tok”, principalmente de partidos mais extremistas, acho que é missão de todos combatermos isso, pelo menos os que querem continuar a ser mais moderados, e evidenciarmos o bom trabalho que está a ser feito. Quero deixar esta nota sobre a Câmara Municipal, relativamente ao bom trabalho que o Executivo está a fazer. E quando digo Executivo, refiro-me a todas as pessoas que o compõem, porque as propostas são algo pelo qual todos lutamos. É um bom sinal para Amarante que a Estratégia Local de Habitação esteja a ter estes resultados, que são muito positivos e espera-se que ainda sejam melhores.” -----

-----**O Senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Isto é Estratégia Local de Habitação e, de facto, é uma boa notícia. Eu confesso que nunca imaginaria que fosse o Partido Socialista a vir aqui fazer uma referência, ainda que formal, a uma agenda lamentável do partido Chega. Eu nem sequer olho para aquilo, se quer que lhe diga, e acho que também não faz parte da política *woke*, ou do *wokismo*, se é da comunidade cigana ou não. Eu prefiro que se digam as verdades do que se esconder; Se fosse “doze apartamentos na rua da Vinha” e não sei quantos e depois iam descobrir que, afinal, eram para a comunidade

de etnia cigana e lá vinham dizer que andaram a esconder a verdade. Portanto, meus senhores, foram identificadas mais de trezentas necessidades de habitação e estas pessoas também precisam de habitação, são iguais às outras e têm os mesmos direitos. Não está em causa isso, eu sei que não, mas, por mim, não me apego aos requisitos formais; o que interessa é cumprir e resolver o problema das pessoas. Isso acho que é a substância, neste caso, é o que me interessa. Aquelas pessoas estão ali há muitos anos, em contentores, em condições menos dignas, como todos sabem, e, portanto, têm necessidades como todas as outras que precisam e são ajudadas por este Município. Aliás, é o que acontece em muitos municípios, por esse país fora. Depois, sobre uma afirmação que a senhora deputada Ercília Costa fez aqui, eu não concordo com o que disse, de que a Câmara é responsável por esse ódio e racismo. A Câmara Municipal não é responsável por nada. Eu até anotei, se calhar não queria dizer isto, mas foi o que disse. A Câmara Municipal não é responsável por nada, como é evidente; a Câmara foi responsável por resolver o problema a estas pessoas, portanto, o que interessa é isto. Valores! É disto que se trata; isto é humanismo; isto é solidariedade. Felicito o Município de Amarante, porque, de facto, atendeu a estas necessidades, sem preconceito, sem quaisquer problemas, independentemente da raça e do que quer que seja. É assim que se deve trabalhar. Os aspetos formais são aspetos formais e o que interessa é a substância e a resolução destes problemas. --

-----Depois, para além da boa notícia da estratégia local de habitação, já dada pelo Senhor deputado Carlos Carvalho, esta também é outra excelente notícia, pelo menos na minha perspetiva, e acho que na perspetiva de todos nós, que foi a assinatura do contrato de cooperação para a construção do novo posto territorial da GNR de Vila Meã, no passado dia 17, já com a homologação do Ministério da Administração Interna. Eu conheço aquele posto, há vários anos, e as condições pouco dignas em que se encontra. Portanto, acho que é uma excelente notícia, não só para Vila Meã, mas para todo o nosso concelho. É uma forma de dar condições mais dignas, mais funcionais, mais operacionais, de mais conforto à nossa GNR de Vila Meã; e também, penso eu, de consolidar a manutenção daquele dispositivo, em Vila Meã, que até podia estar em causa, se não conseguíssemos melhorar as condições. E, portanto, era esta boa notícia que eu queria dar."-----

-----**O Senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Eu tenho aqui só duas questões, que queria colocar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. A primeira tem a ver com esta conversa da Estratégia Local de

Habituação e do empreendimento, supostamente, para famílias de etnia cigana. Concordo com aquilo que aqui foi dito, que, de facto, estas pessoas precisam também de ter habitação condigna. A questão que eu coloco é muito clara, é se de facto a habitação que foi lançada a concurso, que levantou toda esta celeuma e que tem a designação de empreendimento para alojamento de famílias de etnia cigana, se de facto assim é, ou se é só um problema de semântica e de título do procedimento, porque faz toda a diferença? E, portanto, nós, numa sociedade inclusiva, plural, tolerante, guetizar toda uma comunidade num único espaço, isolado de todos os demais, não me parece que seja a forma mais integracionista e mais humanista, utilizando a expressão do senhor deputado António Araújo, que se possa utilizar para integrar estas famílias, verdadeiramente, na sociedade onde está inserida. A segunda questão que queria colocar está relacionada com um assunto que já falei aqui, pelo menos, duas ou três vezes. Sei que a primeira vez foi em 2019 e tem a ver com as obras junto à estação de caminhos de ferro de Vila Meã. Já levantei aqui a questão dos problemas de estacionamento, aquando das obras. E, depois das obras, também alertei para a circunstância de, perante o projeto existente, os estacionamentos previstos não serem suficientes para as necessidades, não só das pessoas que utilizam a estação de caminhos de ferro, que cada vez são mais, mas também para todo o comércio envolvente, para todos os negócios que lá se desenvolvem. Ora, na última semana, as obras foram concluídas, e as instalações abertas ao público, e muito bem. Contudo, verificamos aqui uma circunstância de que, perante as obras já concluídas, os estacionamentos existentes são inferiores àqueles que existiam anteriormente. E, portanto, há aqui um problema latente, que se mantém. Das duas ou três vezes que eu aqui falei sobre este assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal, à data, José Luís Gaspar Jorge, e isso consta das atas, comprometeu-se, perante esta Assembleia Municipal, que, não sendo absolutamente competência da Câmara Municipal, que iria proceder a essas obras de alargamento do estacionamento existente, porque entendia que, de facto, era uma obra necessária para o desenvolvimento daquela zona, na freguesia de Vila Meã. Ora, a questão que eu ponho agora é tão simples quanto esta: é se o senhor Presidente da Câmara Municipal mantém esse compromisso com esta Assembleia Municipal, com os vilameanenses e com os amarantinos de alargar o estacionamento existente, além daquele que está previsto com o fim das obras? Ou se entende que os estacionamentos existentes são suficientes e que não há qualquer intenção de alargar os que lá estão?"-----

-----**O Senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu só queria observar que, objetivamente, quem guetizou a comunidade cigana foi a Câmara do Partido Socialista. Penso eu, que, há mais 20 anos, seguramente, pôs aquelas pessoas todas naquele local. Portanto, nós não guetizamos nada. Não vamos agora, ao fim de vinte anos, penso eu - até podia defender-se a ideia de que seria melhor alojar as pessoas noutros locais - «depois de as meterem todas ali», não é agora tirá-las e distribuí-las pela cidade. Acho que não seria boa ideia. Portanto, quem guetizou, senhor deputado Torcato Ferreira, foi o Partido Socialista. E penso que você até já estava na Câmara Municipal, nessa altura; não deve ter contribuído para isso, mas é uma verdade objetiva. Depois queria fazer outra observação de carácter genérico, que é a seguinte: o Partido Socialista, e bem, na vossa perspetiva e posição, vem sempre aqui com a argumentação da amálgama, que é a argumentação que existe agora nas redes sociais, se forem ver, que é «pavimentou-se a estrada tal» e o «caminho não sei quantos». Se vocês virem, no relatório, está uma multiplicidade de obras em execução, mas, é claro, há sempre algumas por fazer. Mas vocês só vêm apontar as que não estão feitas. Mas, se calhar, seria de bom tom darem também um toquezinho a dizer *ah, também está muita coisa a ser feita*. Acho que, às vezes, algumas ideias construtivas também não ficavam mal.” -----

-----**O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Respondendo ao senhor deputado António Araújo, como sabe, eu não tive responsabilidades políticas no passado. Aliás, era funcionário do Município e se cá continuasse a trabalhar, recebia da mão do Senhor Presidente da Câmara Municipal uma medalha de 25 anos de serviço; porque completo 25 anos de serviço, este ano, com muita honra. Porém, enquanto funcionário, enfim, *manda quem pode e obedece quem deve*, foi essa a minha circunstância. Mas deixe-me dizer-lhe que a resolução encontrada, há vinte e muitos anos atrás - em primeiro lugar, não podemos chamar àquilo uma habitação social, nem uma situação de permanência e de sustentabilidade para o futuro, foi uma situação muito específica, não vale a pena estarmos aqui a explanar -, mas, a situação é tão simples quanto esta, o facto de, porventura, há 25 anos, haver algo que não devia ter sido feito e, portanto, *vamos manter o erro, vamos insistir no erro e não é necessário fazer absolutamente nada!* Bem, se tudo tivesse sido bem feito antes, vocês não precisariam de fazer nada.” -----

-----**A Senhora deputada Ercília Costa, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Trago novamente um assunto que me parece muito preocupante, apesar de relativizarmos isso. Esta questão do ódio que se anda a semear é o caminho para aquilo que já aconteceu com o Hitler. As pessoas ficam indiferentes, acham que é perfeitamente normal estar-se com um discurso desses e, qualquer dia, vamos acordar para uma realidade que vai ser muito semelhante. São os homossexuais, os deficientes, as etnias - ciganos e outros -, e aceitarmos isso é que é preocupante. Em circunstância alguma, devemos aceitar isso. Qualquer comentário de ódio deve ser levado a sério e levar a que as pessoas percebam que todos somos iguais em direitos, a Terra é de todos. Aliás, na conferência *Inquietar*, ouvi uma frase muito interessante: *o maior desporto em Portugal é a inveja*. E, de facto, a inveja tolda as mentes. Por isso, eu não aceito e acho que nenhum de nós aceita. Eu referi e foquei isso, não se trata de fazer construção para aquela etnia. Eu acho que é discriminatório constar lá a etnia, somente isso. É um dever nosso incluir e incluir também pela diferença, porque não somos todos iguais. Agora, o que eu acho é que todos devemos estar muito preocupados e ter um papel ativo, precisamente no combate desse ódio, que se espalha com a maior das facilidades, baseado em falsas notícias, como nós sabemos; compete-nos a nós, todos, denunciar isto; compete-nos a nós alertarmos para isso, porque um dia vamos acordar e ter um pesadelo, sem dúvida."-----

-----**O Senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Subscrevo na íntegra o que disse a senhora deputada, mas esta intervenção não teve a ver com a minha, com certeza, porque eu também subscrevo que devemos atacar isso tudo. E nós como é que atacamos? Na minha perspetiva, se calhar um pouco diferente, nós atacamos com valores. Com valores e com a verdade. Se estivéssemos a esconder isto, se esse tal partido viesse a descobrir, diziam que andávamos a esconder, *porque não sei quê*. É verdade, Senhora deputada Ercília Costa, é assim que nós combatemos estas situações. Subscrevo tudo o que disse, mas é com a verdade, com os valores e, se há discriminação, ela é pela positiva, é para ajudar aquelas pessoas."-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Vieira Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Antes de responder às questões, deixem-me aqui dar uma boa notícia, que ainda não tive oportunidade de dar, nem na reunião da Câmara Municipal, tomei

conhecimento da sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, sobre a ação que a Câmara Municipal intentou contra o ICNF e contra o Estado português, que, desde 2017, reclamava a entrega da Quinta de Codessais, vulgarmente denominada de Florestal, tendo sido dada razão ao Município. É verdade que esta decisão é passível de recurso, portanto, vamos aguardar, mas acho que é uma boa notícia e esta decisão deixou-nos bastante satisfeitos. Continuando com as boas notícias, deixem-me falar da habitação social. Independentemente desta questão da comunidade cigana, é verdade que fomos alertados, e bem, em reunião da Câmara Municipal, pelo Senhor Vereador Hugo Carvalho, que chamou a atenção para tudo aquilo que já aqui discutimos e, sim, o ponto foi agendado com aquela denominação, sendo depois alterada para «Construção de 12 habitações na rua da Vinha». Contudo, por lapso, foi enviado para publicação no Diário da República, com a denominação anterior. Ainda na segunda-feira de Páscoa, um jornalista da agência Lusa perguntou-me e não tive problemas em responder e de assumir claramente que era para a comunidade cigana. Portanto, eu pedi uma informação que dizia que, efetivamente, em 2006, havia o processo de realojamento das famílias de etnia cigana, promovido pelo Município de Amarante, onde foram adquiridos seis módulos. Bem, não vale a pena contar novamente a história. De facto, também assumimos que estas habitações se destinam a acomodar as doze famílias que, neste momento, estão naqueles contentores e que são cerca de quarenta pessoas. Portanto, isto também é um facto, como também é um facto que foi feita a sinalização das famílias que viviam em situação de indignidade, em situações como esta e como outras, cerca de 320, famílias estas que foram sinalizadas, desde o início e, portanto, fizeram parte da estratégia, como fizeram parte das candidaturas. Atualmente, já temos cerca de 121 soluções habitacionais em execução, das quais 80 são novas casas, também para outros moradores, além da comunidade cigana. O mais importante é que estamos a dar uma resposta, no terreno, uma resposta efetiva para muitas famílias do concelho de Amarante. Este procedimento concursal saiu assim, mas também não nos podem vir mais tarde dizer que andávamos a esconder. Desde o início, vocês votaram aqui os documentos da Estratégia Local de Habitação, em 2022, depois uma revisão em 2023, e se forem ver esses documentos, vem sempre lá os 12 fogos para a comunidade cigana. Portanto, não devemos ter qualquer problema de assumir esta situação. É verdade que estamos a ser bombardeados por todo o lado, mas, neste momento, só temos que aguentar e passar a mensagem de que o Município de Amarante está a dar resposta a muitas famílias, mercê do trabalho que efetuou e das

candidaturas que realizou, bem como da aprovação das mesmas. Relativamente à habitação, devemos ter cuidado com as mensagens de ódio, que todos nós devemos fazer um trabalho nesse sentido. Ainda hoje, de manhã, os jornalistas da RTP, que já tinham ligado, ontem, pediram para prestar declarações, prontamente disse que estaria disponível, mas, depois, não tiveram oportunidade. Mas, deixem-me dizer-vos, que disse à Agência Lusa, na segunda-feira, quando nos estávamos a despedir de alguém que partiu, uma pessoa marcante, que tinha o lema “todos, todos, todos” e, por isso, para o Município de Amarante, as habitações também são para todos, incluindo a comunidade cigana. Para terminar, sabemos que as outras já estão em execução, e para estas já foi feito o lançamento do procedimento concursal. Até agora, felizmente, temos tido sempre empresas a concorrer e, portanto, esperamos que este procedimento também tenha.-----

-----Relativamente à conferência *Inquietar*, agradeço as palavras proferidas. Efetivamente, o *Inquietar* tem sido um marco, mas, infelizmente, não tem a adesão que seria de esperar, uma vez que tem tido excelentes painéis. Quando temos aqui uma conferência com aquela qualidade, com aqueles painéis, mas não temos depois a correspondência, devemos continuar a trabalhar, para que a mesma tenha mais adesão. -----

-----Quanto ao Cemitério Municipal, é uma necessidade da qual estamos bem cientes. Os serviços municipais têm estado em contato permanente com os proprietários dos terrenos confinantes, para procedermos ao alargamento do mesmo. Numa visita que tive ao cemitério, na parte nova, verifiquei que existe muito terreno que poderia ter mais ocupação, que merece um estudo, podendo dar resposta a mais 30, 40 ou 50 sepulturas, mas, em boa verdade, não resolveria tudo o que é necessário. Já dei indicações aos serviços municipais para priorizar, porque já tinha havido contactos com os proprietários dos terrenos limítrofes. Na parte lateral, o proprietário só está disponível para negociar a totalidade, incluindo a casa, o que torna o processo mais complicado. Mas, sim, estamos a tentar resolver esse problema. -----

-----Relativamente à obra da rotunda da Vinha, até à rotunda do Queimado, a mesma foi feita pela Águas do Norte, que, após lançamento de procedimento para repavimentação da via, entretanto, adjudicado à empresa Higinio Pinheiro, aquela empresa Águas do Norte aproveitou para fazer a substituição de condutas, aguardando-se o seu término, para podermos avançar com a repavimentação. Agora, só está a ser feita a consolidação, expetando-se que inicie no dia 28 do corrente mês.

----- Quanto à passadeira junto à Escola Secundária de Amarante, está a decorrer um procedimento, que inclui a pintura da mesma, assim como de outras, por exemplo, de Fridão, de Rebordelo, de Olo e Canadelo, enfim, várias pavimentações e várias pinturas, em todo o concelho, para garantir a segurança rodoviária e dos peões. - -----

----- Sobre as obras na Alameda Teixeira de Pascoaes, tivemos uma reunião com o Arquiteto Souto Moura. Havia uma parte, no jardim, que faltava, estando para breve a conclusão do projeto. Quando tivermos o projeto concluído, daremos conhecimento do mesmo, de maneira a lançarmos o procedimento, diria, lá para o verão.-- -----

----- O muro de Geraldês, também está a decorrer um procedimento, que o inclui, bem como os muros de Bustelo, Vila Chã do Marão, Lufrei e Mancelos. No caso do muro de Geraldês, o problema tem a ver com o proprietário, mas foi feito um acordo entre o mesmo e o Município. -----

----- Relativamente à esplanada do Cine-Teatro de Amarante, na altura não estava incluída, no procedimento concursal. Deu entrada um pedido, mas ainda não foi tomada qualquer decisão, sendo que há pedidos de outros comerciantes da zona, que já foram autorizados. Penso que só falta um estabelecimento ter uma esplanada. -----

----- Quanto ao museu da mina de Vieiros, é um projeto muito interessante, que poderá ser incluído no PROVERE, pelo menos, uma parte, que é a *casa dos engenheiros*, para ali instalar o futuro museu. -----

----- Quanto ao protocolo para reabilitação do posto territorial da GNR, considero que foi um dia muito importante, desde logo porque os militares deixarão de estar em más condições. Não são só as pessoas que vivem em habitações indignas, também os militares daquele posto trabalham em condições indignas, pelo que era uma ambição reabilitar o edifício. Aqui há cerca de dois ou três meses, numa deslocação que lá fizemos, juntamente com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Meã, vimos bem o caos daquelas instalações, até para receberem alguém que ali queira apresentar uma queixa, por exemplo, alguém que fosse vítima de violência doméstica, não tinha nenhum espaço com as condições necessárias para ouvir e atender as pessoas. O Senhor Comandante do Posto disse-nos que a primeira coisa que pensou, quando ali chegou, pela primeira vez, foi pedir a mobilidade para outro local. Hoje em dia, não há pessoas que se sujeitem a trabalhar nestas condições. Hoje, já me informaram que é para pormos a concurso aquela obra, para avançar o mais rápido possível. -----

----- Senhor deputado Torcato Ferreira, sobre a comunidade cigana, sim, todos juntos. É verdade que já estão lá há muitos anos e, portanto, vão continuar juntos também. Posso ainda acrescentar que o projeto foi articulado e contou com os contributos daquela comunidade, tendo sido feitas algumas alterações, a pedido da mesma. Foi um projeto que teve a colaboração dos interessados e, por isso, também aqui se verificou mais uma discriminação positiva. Quanto às obras na estação de caminhos de ferro de Vila Meã, e no que concerne ao parque de estacionamento, há uma parte em que o Município já criou mais lugares de estacionamento, ao lado da estação. Temos a intenção de, após a abertura, embora de uma forma imediata e provisória, aquele espaço servir de parque de estacionamento e depois fazermos lá a requalificação necessária. -----

----- Finalmente, sobre a colocação de painéis solares para as águas quentes e autoconsumo na Casa da Juventude, que não estava previsto na empreitada de construção inicial, os mesmos já estão a ser colocados. No que respeita às comunidades energéticas, é um assunto já discutido anteriormente em reuniões da Câmara Municipal, tendo o tema sido levantado, diversas vezes, pelo Senhor Vereador Carlos Azevedo Pereira, poderei mostrar-vos mais adiante um pré-estudo que foi efetuado, para o Município de Amarante, pelo que estamos a dar os primeiros passos nesse sentido.”-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O Senhor António Adelino, que proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Eu começava pela última ata, porque há lá uma incorreção. Eu não falei que *tal como como havia a vontade de comprar a casa da escritora Agustina, então comprassem a associação, porque a casa é pertença da associação, não é da família de Pascoaes*. Na mesma ata, sobre o orçamento, julgo que é à volta de 103M€, um deputado, julgo que do PS, fala que na rubrica da educação é, número redondo, 6M€ de investimento; na da ação social e na inclusão, são 3M€, e fala lá que as percentagens, na ação social, é 9% e na educação, 18%. Ora, 3M€, em 103M€, não é 9%, é 3%. A outra questão, não sei se foi na última sessão, ou na anterior, eu falei que houve uma sentença do tribunal, em que, desde 2017, a utilização do subsolo é ilegal. Julgo que nessa Assembleia, um dos pontos era sobre a taxa municipal dos direitos de passagem. Estamos a falar do mesmo assunto? Agora, uma outra questão, eu tenho perguntado várias vezes se o congresso histórico de Amarante, que, na altura da COVID-19, foi suspenso, é para retomar, ou acabou? Na última Assembleia,

da qual ainda não tive acesso à ata, na parte em que se falou da ida do Senhor Dr. José Luís Gaspar para o Hospital de Penafiel, eu dizia que *ele não fazia mais que os outros, regia-se pela mesma cartilha*, eu chamei à colação o Professor Adriano Moreira, porque ele dizia que era preciso trazer a santidade à política, mas a autoria da frase não é dele. Ele cita uma frase da escritora e filósofa judia, Hannah Arendt. Agora, associando-me ao momento que estamos a viver, o Papa Francisco, a propósito da política, dizia que *a política é a mais sublime ação da caridade*. Uma última questão, os arrendatários dos prédios da Câmara Municipal, todos os anos têm visto a renda atualizada; este ano, segundo pessoas com quem tenho falado, não vai haver atualização. Será porque estamos a viver o jubileu da esperança, ou porque vamos ter eleições?" -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Vieira Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Estamos no quarto ano deste mandato e só num ano é que houve atualização das rendas. Portanto, em 2022 e 2023, foram congeladas e, em 2024, foi retomada a atualização. E agora, em 2025, não é pelo jubileu, mas porque estamos com esta fase da construção de mais habitações, também optámos por não fazer a atualização. Mas, quero realçar isto, só um ano é que houve atualização de rendas. Relativamente aos outros assuntos, a taxa de passagem, enquanto não for ilegal, o Município de Amarante fará como os outros, também beneficiará dessa receita. Como sabemos, há muito onde a gastar e onde a investir e, por isso, é o que continuaremos a fazer. Relativamente ao congresso histórico, espero ter oportunidade de promover uma iniciativa destas em Amarante e, portanto, fica aqui esse desejo e vontade. Quanto às outras questões, as percentagens do que se gasta com a educação e a ação social, isto é matemática, portanto, tem de se ver a rubrica e a percentagem para calcular. É verdade que, este ano, fruto daquilo que é o valor inscrito em orçamento, na habitação social, que é o maior de sempre - o orçamento real do Município de Amarante ronda os 55M€, portanto, este ano estamos praticamente com o dobro -, daí a percentagem do que se gasta com a educação e com a ação social ser inferior. Se houver algum erro na percentagem, facilmente se corrige." -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez a leitura em voz alta da ordem do dia, passando-se de imediato à sua apreciação.-----

-----Lembrou que a todos os pontos, exceto o número 3, ao qual se aplicam os

tempos definidos na grelha A, se aplicam os tempos da grelha B do Regimento.-----

**1. Relatório de atividades e situação financeira do Município** - Para conhecimento; -----

-----Inscreveram-se para usar da palavra: -----

-----**A Senhora deputada Ana Margarida Carvalho, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"No âmbito da análise ao relatório em apreço, cumpre-nos reconhecer a estabilidade do Município, conforme evidenciado nos dados apresentados. No entanto, enquanto força da oposição responsável, entendemos o nosso dever ir além da leitura técnica e refletir sobre o real impacto destas medidas na vida dos munícipes. Apesar do aumento da receita, em particular do IMT, constata-se que várias áreas estruturantes, nomeadamente, a mobilidade, reabilitação urbana e cultura de proximidade, continuam em fase meramente projetual. A execução de despesa, fixada em 9%, levanta também preocupações quanto ao ritmo dos investimentos anunciados. Destacamos ainda a forte dependência de fundos do Estado e comunitários. Sem eles, a capacidade financeira da autarquia restringe-se essencialmente ao funcionamento corrente. Esta realidade exige reflexão e estratégia sobre a sustentabilidade e a autonomia financeira do Município, a médio prazo. Na área ambiental, sublinhámos a urgência de reforçar o compromisso com as metas do plano de ação climática, já que os indicadores de reciclagem continuam aquém do desejável. Relativamente à juventude, importa garantir que os programas existentes são eficazes, inovadores e alinhados com os desafios atuais da emancipação jovem. Encorajámos, por fim, uma maior articulação entre a Câmara Municipal, os cidadãos e as juntas de freguesia para que as prioridades do concelho reflitam as reais necessidades de atuação e se reforce a proximidade do poder local."-----

-----**O Senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"De facto, estão em curso muitas e relevantes obras no Município de Amarante e eu queria dar relevo a algumas que são necessárias, não é de agora, mas de há muito tempo. Por exemplo, a repavimentação da ex-EN15, entre o entroncamento de Agração e a rotunda da Ponte do Pego. Também já há um investimento privado mais abaixo, naquela zona, que está com uma dinâmica muito grande e ainda bem. Julgo que já está em andamento, não sei em que fase, a repavimentação da parte da estrada entre Amarante e Vila Caiz, que é uma necessidade muito grande, da qual já se falou aqui por diversas vezes. E também

soube que está em andamento a requalificação da antiga estação ferroviária de Amarante; também a execução do viaduto do Salto, uma obra bastante necessária e relevante para a entrada na nossa cidade. Salientei estas, mas há muitas. Queria fazer uma observação acerca da intervenção da senhora deputada, que me antecedeu, que disse que a Câmara Municipal está muito dependente ou recorre muito a fundos europeus. E ainda bem, senhora deputada! Espero que não seja a continuação da escola que havia antigamente, que defendia que nós não devíamos malbaratar os fundos dos contribuintes europeus. Nós queremos aproveitar muito bem os fundos disponíveis.”-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Vieira Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Relativamente à intervenção da Senhora deputada Ana Margarida Carvalho, agradecer as questões e as palavras sobre a estabilidade da situação financeira do Município de Amarante. Relativamente à mobilidade, há um investimento na recuperação de várias vias de comunicação importantes. Esta parte que falamos há pouco, sobre a estrada de Real e da ex-EN15, hoje reunimos para ver se era possível fazer uma rotunda, que está dependente dos pareceres das entidades competentes, porque já está entregue aquela parte, desde a rotunda da Ponte do Pego até ao cruzamento que dá para o IET. Em breve aquela via será pavimentada. Sobre EN312, já foram abertas as propostas e, espero que durante o próximo mês, possa ser iniciada, numa primeira fase, até ao campo de golfe. Temos ali um problema, entre Louredo e Vila Caiz, porque não tem saneamento. Já reunimos com a Águas do Norte, para solicitar que façam essa intervenção, porque, na parte de Louredo, há cerca de 1,5 km que não tem saneamento. Em Vila Caiz, há uma parte que falta colocar rede de gás natural. Temos também outras pavimentações a concurso, em Ansiães, em Vila Garcia, em Amarante, no centro da cidade, junto ao Continente e ao Estádio Municipal. Assim como outras, que sabemos que contribuem para o bem-estar e qualidade de vida das pessoas. Relativamente à forte dependência de fundos comunitários e do Estado, estas últimas são transferências que têm de ser sempre mantidas e agora verifica-se que elas têm aumentado, fruto da descentralização das competências que nós assumimos, como seja na educação, ação social e saúde. O Estado transfere, mas nós temos a despesa correspondente e, portanto, não é preocupante estas receitas aumentarem. Sobre os fundos comunitários, o preocupante é que num próximo quadro comunitário, as verbas que agora temos alocadas, possamos deixar de as ter futuramente. Por isso, temos de aproveitar

muito bem e enquanto temos essa possibilidade. Ainda hoje, num conselho regional da CCDR-N, falou-se dessa preocupação, porque há aqui uma meta neste Portugal 2030, que não acontecia nos outros quadros. Os avisos começaram a ser publicados, no final do 2024, e, agora, se não tivermos executados 30%, até setembro, esses valores terão de ser devolvidos. Isto é preocupante, porque um aviso que sai em novembro ou dezembro, fazer a candidatura, ter o projeto pronto, lançar obra e executar ao 30%. E há muitos municípios - felizmente, nós, em Amarante, ainda não sentimos isso -, que lançam os concursos e não têm concorrentes, deram-me também nota disso, porque são municípios mais pequenos, ou por outras razões. Sobre as outras questões, o plano de ação climática, já estamos a elaborar o nosso plano; política de juventude, sua articulação entre o município, juntas de freguesia e comunidade, acho que toda uma boa política, seja ela qual for, tem de ter sempre esse cuidado e essa atenção porque não temos dúvidas que é assim que esse caminho se faz. Respondendo ao Senhor deputado António Araújo, o viaduto do Salto, devido à nossa credibilidade, exemplo disso foi o facto da melhor proposta ter ficado cerca de 350.000€ abaixo do preço-base do concurso. Portanto, continuamos a ter concorrentes e preços que, nesta altura, continuam a ser atrativos para o Município. Relativamente à questão apresentada pelo Senhor António Adelino, considerando que ele já se ausentou, respondo-lhe numa próxima oportunidade." --  
-----Este assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

**2. Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao segundo semestre de 2024 - (Registo n.º 8210/2025/04/15) – Para conhecimento. -----**

**Foi dada a palavra ao Senhor Dr. António Anjos, representante do Auditor externo, que proferiu a seguinte intervenção:-----**

-----"Represento a sociedade de auditores que, efetivamente, emite os documentos de justificação legal das contas, nos termos da lei, e tem como corolário fundamental o relatório da situação económica e financeira do Município, reportado a 31.12.2024. Por certo, este documento já foi objeto da vossa leitura, análise e reflexão. Este documento é emitido nos termos da lei das finanças locais e nos respetivos articulados legais. O documento começa por evidenciar, a execução orçamental, a nível da receita e a nível de despesa. Começando pela despesa, articulava aqui, digamos assim, as componentes essenciais, a receita corrente, que tem uma execução orçamental na ordem de 96%; a receita de capital tem um grau

de execução orçamental de 96,98%, que, conjugado com a transferência do saldo do ano anterior, que é uma previsão corrigida que, de imediato, é cobrada - isto é o *laissez-faire* da contabilidade -, conduz a execução orçamental de 96 para 99%. Em termos gerais, ou seja, conjugando a execução orçamental da receita corrente com a execução orçamental da receita de capital, a execução global é de 96,47%. Podemos falar por etapas, digamos assim, se querem fazer alguma observação sobre o grau de execução orçamental. Entendo que é preferível chegarmos à síntese e, a partir daí, podemos chegar aos pormenores, aos detalhes, elementos que, agregados, conduzem a essa expressão. Não vou fazer juízos de bom ou mau, porque eu estou aqui ao serviço de todos. O auditor é independente e assume essa postura com total transparência, frontalidade e, acima de tudo, dedicação. Houve aqui palavras muito lindas que eu gostei de ouvir, como humanismo, verdade, realidade e temos que ser assim. Como já referi, o grau de execução da receita final é 96,40%. Este é o nosso relatório, digo nosso, porque somos uma sociedade e, portanto, subscrevo este valor. No que toca à despesa, como sabem, as componentes são exatamente as componentes de despesa corrente e de capital. Nas despesas correntes, temos um grau de execução orçamental de 88%; nas despesas de capital, temos um grau de execução na ordem de 59%. A execução global traduz-se em 78,62%. Como sabem, a execução orçamental da receita e da despesa é a componente, digamos assim, da contabilidade orçamental que é vista nos chamados direitos de receber, que são as receitas, e nas obrigações de pagar, que são as despesas. Agora vamos para a análise económica, que se traduz em gastos e rendimentos, uma perspectiva económica, digamos assim, enquanto que a orçamental está próxima da base de caixa, ou seja, aquilo que se recebe, aquilo que se paga está próximo porque, efetivamente, partimos de um pressuposto das previsões corrigidas para chegar à receita cobrada. Sendo mais concreto, a estrutura de rendimentos apresenta-nos um total de 49,5M€. O detalhe está aqui. A principal rubrica são as transferências, de 28,4M€, outros rendimentos, 12M€, contribuições, 12,4M€, logo o total perfaz 49,5M€. As receitas próprias representam 36% e o remanescente, como é lógico, são transferências e outros fundos. No que respeita aos gastos, que são consumos, totalizam 48,6M€ - estou a dizer números redondos -, nas suas diversas componentes, sendo que as principais são aquisições de bens e serviços, para além da sua componente essencial, aquisições de bens e serviços, 15,5M€, gastos com pessoal, 16,3M€, transferências e subsídios concedidos, 5,9M€. E depois temos aqui depreciações, que, no fundo, não é uma componente financeira,

é uma componente de utilização dos recursos; ou seja, utilização de recursos que são levados os gastos pela respetiva utilização, de acordo com os critérios prescritos no sistema de resolução contabilística, de 7,2M€. Ou seja, este tem sempre uma componente financeira, porque se o património se vai deteriorando, também tem que ser, digamos, reconstituído. Esse é o grande papel das depreciações dos equipamentos. Dizendo algumas percentagens e falando em termos relativos, os fornecimentos, ou seja, as aquisições de bens e serviços, representam na ordem de 32% dos gastos totais, os gastos com pessoal representam 33% e os gastos com a depreciação dos equipamentos utilizados na atividade do município, em geral, representam na ordem de 15%. Quem sabe de contabilidade pública, o principal objetivo do município não é ter lucro. É prestar um serviço social e público de bem-estar da comunidade e, acima de tudo, melhorar as condições de cidadania. Os resultados das depreciações e gastos de financiamento, que nós designamos por uma sigla inglesa *Ebitda*, que é um conceito internacional, é de 9,1M€. O resultado operacional, antes dos gastos de financiamento, é de 1,9M€, e o resultado final, antes de impostos, é igual ao resultado final, é de 972.000€. No resultado líquido do período, uma vez que não há impostos, corresponde ao resultado antes de impostos. E quanto à análise financeira - a matriz que utilizamos no nosso relatório é uma matriz de leitura simples, porque a contabilidade tem o princípio da compreensibilidade, o que significa que é acessível a todos, mesmo aos que não tenham conhecimentos muito profundos, com umas explicações breves -, as dívidas a receber, começando pelas componentes do ativo, digamos assim, totalizam 2M€, no final do ano. As dívidas correntes, ou seja, são exigíveis no ano seguinte, totalizam 3,8M€, e as dívidas a pagar não correntes totalizam 21,6M€. Agora, importa fazer a análise do endividamento do Município, à luz da Lei das Finanças locais, no relatório diz assim: *relativamente ao rendimento do município, apresentamos a tabela 7, onde são evidenciados os valores apurados para o município e o respetivo limite. Ou seja, os controlos da dívida e os limites da dívida. A leitura deste quadro conduz-nos às seguintes explicitações: o limite da dívida total, conforme o artigo 52.º da Lei das Finanças Locais, é de 55,4M€. Dívida total de operações orçamentais, em 01.01.2024, 20,3M€, o que significa que, subtraindo o valor do limite da dívida para a dívida total, no início do ano, temos uma margem absoluta de 35,1M€. A margem utilizável tem a ver com a lei das finanças locais, não pode aumentar mais de 40%, ou seja, são 40% destes 35M€, o que dá exatamente 14M€. Vamos agora passar para o final do ano, em 31.12.2024, arredondado por cima, dívida total, 25,4M€.*

Dívidas não orçamentais, que são exatamente as cauções, eventualmente outras, 1,9M€; empréstimos reembolsáveis excepcionados, quer dizer, não se enquadram na Lei das Finanças Locais, 2,8M€; e temos uma dívida total de operações orçamentais de 20M€. Em conclusão, a margem para o limite é 34,8M€ e a margem disponível para utilizar é de 13,7M€. Os números falam por si e cada um interpreta os números como quiser. Eu não vou dizer que é muito bom, que não tenho esse papel, tenho o papel de esclarecer, o papel de quantificar e o papel de precisar. Estou à vossa disposição.” -----

-----O Senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, questionou se o Município estaria a cumprir o princípio do equilíbrio orçamental. ----

-----O Dr. António Anjos respondeu: “Isso é indiscutível. É evidente que o Município apresenta uma boa folga orçamental. Essa lei tem exatamente como meta, como objetivo, efetivamente, o controlo orçamental dos municípios para que não haja, digamos assim, desvios excessivos e que não haja aquelas situações que ocorreram em anos, que todos nós sabemos, de 2010 a 2017. É evidente que o Município apresenta uma folga orçamental de dívida significativa. Aliás, é dito aqui, exatamente na fase final, que tem uma margem disponível por utilizar na ordem de 14M€. Pela nossa obrigação legal, nós temos que ser precisos, não só nos valores que estão aqui expressos, como também em todos os elementos que informam e consubstanciam esses valores. Isto decorre da prestação de contas do Município, ou seja, dizendo de uma forma mais concreta, da contabilidade orçamental, da contabilidade financeira e também, em parte, da contabilidade de gestão que mede, digamos, assim, os empreendimentos do Município. Por isso, certificamos as contas, há aqui observações meramente técnicas, digamos assim, na nossa certificação, que não relevam para o equilíbrio orçamental, e a situação económica e a situação financeira. Apenas, digamos, inventariações em anos anteriores e em diversos critérios, desde que foi implementado o SNC-AP, que era a base zero e depois patrimónios que estão a ser ainda inventariados e mensurados, mas são questões, digamos assim, que não aportam nem despesa nem receita.”-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha, agradeceu ao senhor Dr. António Anjos os esclarecimentos prestados. -----

-----Este assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

**3. Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2024 – (Registo n.º 2938/2025/04/09);-----**

----- Inscreveram-se para usar da palavra:-----

----- **O Senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Nós debatemos nesta Assembleia Municipal um dos documentos mais importantes da avaliação da execução da atividade do nosso concelho. O relatório de gestão de contas é relativo à atividade de 2024, é referente ao orçamento proposto, que é naturalmente o instrumento político que dá tradução à visão estratégica e às propostas programáticas de quem governa. Importa observar neste relatório os constrangimentos para a execução do orçamento e, ao mesmo tempo, a execução do mesmo. Quanto à execução, uma nota prévia, refere ter pago as faturas, entradas e validadas até ao final do ano. Ora, pagar a tempo e horas as faturas validadas é o que se espera de uma entidade de bem e isso não deveria ser nota de mensagem de inovação do Presidente da Câmara, pois deve ser tido como um princípio subjacente ao exercício da atividade em funções públicas. Mas quero fazer esta análise do relatório, em três dimensões: a dimensão da execução, a dimensão da receita e a dimensão da despesa. Quanto à execução, temos orçamentos empolados *versus* relatórios mais realistas, 6M€ é a diferença entre o proposto no orçamento inicial que foi aprovado e o referido na execução, portanto, em 62M€, seria 68,8€. Este truque não é novo, já passou a ser um *modus operandi* desta gestão autárquica, de uma sobre orçamentação no início, passando a fazer várias revisões sucessivas que destapam a realidade de uma gestão sem estratégia. Uma outra nota que quero dar, atento à mensagem do Senhor Presidente da Câmara, é que, em vez de futurologia, deveria apontar para a situação concreta do Município, procurando responder no imediato às situações críticas que estamos a viver e não a proclamar estados de alma ou ilusões de futuro, com alguma altivez e sobranceira, devo dizer, com execuções que poderão eventualmente vir a ser concretizadas por outros titulares do cargo. Neste pormenor, devo dizer que tenho saudades dos relatórios apresentados pelo anterior Presidente da Câmara, que, pelo menos, se cingia a uma mensagem que transmitia apenas os constrangimentos da execução, procurando relatar a sua execução. É que no relato da prestação de contas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal faz um exercício de previsão do que poderá acontecer em 2025 e até em 2026. E faz isso por uma simples razão, esconder a fraca execução do orçamento, ou seja, uma execução real da despesa, em 71.3%, atendendo aos valores do orçamento inicial, e não aquilo que está no relatório, que é a dotação corrigida, sabendo de tantos problemas que há para resolver dos mais simples e de fácil

resolução como são, por exemplo, a sinalização horizontal de algumas das vias rodoviárias, como temos vindo a alertar. Esta Câmara Municipal tem demonstrado uma enorme ineficácia na concretização de investimentos ao longo dos últimos anos e a prova disso é os enormes saldos de gerência que transitam de exercício em exercício, fruto de um mau planeamento e organização dos processos, deixando os problemas por resolver. E, havendo liquidez, podemos dizer uma de duas realidades: ou a falta de empenho em resolver os problemas, deixando perdurar, anos e anos, os mesmos problemas, mesmo com os avisos constantes e insistentes desta Assembleia; ou o uso da estratégia mais antiga do mundo, procurarem amealhar impostos de todos nós para os poderem desbaratar, sem estratégia, sem visão, apenas na sua promoção pessoal, num ano de eleições. Uma outra nota que também nos preocupa é o constante recurso ao endividamento para gerir o Município. O serviço de dívida bancária atinge o montante de 3.086.762€, dos quais 2.098.788€ correspondem à amortização dos empréstimos de médio e longo prazo, e, praticamente, 1M€ em juros. Os números são ainda mais expressivos se os compararmos com 2021, em que os encargos da dívida passaram de 123.560€, para 1M€. Quanto à receita e como já fomos alertando no passado, sabemos que a receita proveniente do IRS, aumentou 12,6%. Podia a Câmara Municipal ter abdicado a favor das famílias em 1% da sua participação variável, como foi proposto, por diversas vezes, nesta Assembleia e na própria Câmara Municipal e, dessa forma, mitigar o problema financeiro que provocaram as devoluções de quem tradicionalmente recebia e que, agora, como é público, as famílias têm de pagar, por via da alteração da retenção da fonte. Temos de ser um município cada vez mais amigo do contribuinte. A receitas próprias representam apenas 29% do total e cobrem apenas 95% das despesas com pessoal - isto também é um alerta que queria deixar -, deixando pouca margem para outros gastos sem financiamento externo. Impostos diretos como é o IMI, o IUC e a derrama, 9,5 M€, 54% das receitas próprias; as taxas e multas são 2,4M€; e a venda de bens e serviços de 3,8M€. Portanto, há uma dependência dos impostos diretos que são pouco elásticos e sujeitos a crises económicas e todos eles dependem da demografia, o que quer dizer que o Município, a continuar a perda de população, menos receita própria terá no futuro. A evolução desta receita apenas foi compensada com multas e taxas, mais 12.5%, quando estas deviam estar a diminuir, para estimular a compra ou a construção de casa, para atrair e fixar pessoas, subindo assim as receitas, através dos impostos diretos, como o IMI e o IUC, e da consequente contribuição do IRS, devido um maior número de

residentes em Amarante. Com um aumento da receita, pelas transferências diretas do Estado, poderia também ser acompanhado no reforço das verbas para as juntas de freguesia, pois, elas fazem melhor e mais barato do que a Câmara Municipal. Para além de essas intervenções serem feitas pelas juntas de freguesia, são mais impactantes para as pessoas, para a população, pois elas fazem a avaliação e a diagnose dessas necessidades, todos os dias. Portanto, quanto às receitas, estamos conversados e quanto à execução, também. Agora, quanto à despesa, a alteração a relevar é que o investimento diminuiu e a despesa corrente aumentou exponencialmente e tem vindo a aumentar, de ano para ano. Sendo o dente de leão desta despesa é categorizada na categoria diversos ou outros serviços, não se conseguindo aferir em pormenor que despesas são essas. Esse aumento substancial pode verificar-se, por exemplo, no quadro 18, deste relatório, bem como o detalhe, que cito, a aquisição de bens e serviços, com um montante de 16,1M€, que registam aumento de 2,7M€, relativamente ao ano de 2023. Era importante que o detalhe dessas despesas, para se poder aferir onde poupar para nos podermos tornar num município mais eficiente e com isso poder investir mais no seu desenvolvimento. Dobrando a despesa com a aquisição de bens e serviços, entre 2021 e 2024, que também se pode ver nesse mapa, a Câmara Municipal já tem um peso de despesa semelhante, com bens e serviços adquiridos externamente, com os que tem na despesa com pessoal - verifiquem bem esse mapa que é preocupante - cada vez mais se externaliza os serviços, não sabendo quão necessário e a qualidade dos serviços prestados. Praticamente, a Câmara Municipal contrata pessoas e depois externaliza serviços. Verifica-se ainda um aumento significativo da despesa corrente de ano para ano, na rubrica de aquisição dos serviços, nas aquisições de energia. Mas, como referimos na discussão do orçamento, devemos ter um especial enfoque na transição energética em que, à data, não verificamos na estratégia do município nenhuma ação clara que promova os ganhos efetivos com os custos energéticos. Não basta apontar o aumento dos custos da energia para uma dificuldade que é fundamental, que é encontrar alternativas que reduzam os custos e a pegada ecológica municipal. Aquilo que foi dito aqui, no período de antes da ordem do dia, é um sinal claro, faz-se um projeto e depois tem que se fazer uma alteração ao projeto para incluir os painéis solares ou fotovoltaicos. Portanto, é neste ambiente que nós estamos. Uma outra preocupação, que não é nova, é a despesa corrente que - fixem este número -, representa 75% da despesa total, ficando apenas 25% da despesa alocada em investimentos ou despesas de capital, tendo a aquisição de bens de investimento

vindo a cair de ano para ano e estando a despesa corrente com um peso de despesa demasiado elevado. Qualquer investimento que a Câmara Municipal queira fazer, em qualquer domínio, fica comprometido com o garrote imposto pela despesa corrente. Deixando estas preocupações, registamos e apontamos para as soluções. Seria necessário um outro olhar para a gestão do erário do município, acomodando as propostas que o PS vem trazendo ao debate e que melhorariam significativamente os orçamentos propostos pela coligação Afirmar Amarante. De resto, algumas propostas que foram acolhidas melhoraram essa eficácia. É tempo de olhar para estes relatórios e conceber os próximos documentos orçamentais, com uma visão e ambição que o PS tem, com a participação mais coletiva das juntas de freguesia, olhando também para as pequenas necessidades do presente, desde a rede viária, até ao cuidar dos diversos equipamentos públicos que, como sabemos, ano após ano, continuam sem manutenção e, muitas vezes, aqui foram referidos por nós, ao longo destes três mandatos, basicamente, até aos investimentos de maior montante, que temos vindo a enumerar e que também são diversos. Estamos convencidos que permitiria aumentar a eficiência na resolução dos problemas, conferindo maior rapidez na resposta às necessidades das populações. Em resumo, este documento reflete um conjunto de escolhas da inteira responsabilidade da coligação Afirmar Amarante, que, embora legítima, não é comungado na sua plenitude pelo Partido Socialista. E, nesse sentido, o Partido Socialista irá abster-se neste ponto, sendo concordante com a opção tomada no debate do orçamento.”-----

-----**O Senhor deputado Carlos Alberto Miranda, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Gostaria de agradecer a intervenção do Senhor revisor oficial de contas que, de forma muito brilhante, conseguiu aqui expor a situação financeira e económica do Município. Os documentos de prestação de contas do ano 2024, que agora debatemos, são um elemento fundamental para avaliar a respetiva situação do Município, do ponto de vista económico e financeiro. E, neste contexto, importa começar por referir que o ano de 2024 foi impactado por várias condicionantes negativas, desde logo, a instabilidade resultante da queda do governo socialista, que gerou incertezas no planeamento e execução de projetos, exigindo da administração do Município uma maior capacidade de adaptação a essa instabilidade que foi provocada pela queda daquele governo. Simultaneamente, como sabemos, a problemática inerente à guerra da Ucrânia e no médio oriente afetaram a economia nacional e, também por essa via, a economia local, refletindo-se naturalmente no

aumento de custos para alguns bens e serviços essenciais. Apesar deste contexto exigente e adverso, que atrás referi, o Município manteve claramente uma gestão financeira sólida e sustentável, assegurando a concretização dos compromissos assumidos com os munícipes, e, a este respeito, gostaria de dizer duas coisas importantes, relativamente à intervenção que me antecedeu. Naturalmente que todos têm direito à opinião que entendam sobre a situação do Município, mas eu gostaria de saber é como é possível, por um lado, criticar-se a política fiscal, ou seja, dizendo que o Município deveria baixar impostos, e, simultaneamente, dizer-se que deveria fazer mais despesa e, por fim, dizer que está preocupado com o endividamento? Ou seja, não é possível, ou não é coerente, porque, para haver mais despesa, ou há mais impostos ou há mais endividamento. Portanto, não há dinheiro público, há dinheiro dos contribuintes, por via de impostos ou por via de dívida, não há outra forma, as coisas são o que são. Portanto, não percebo e quem ouviu a intervenção do Senhor revisor oficial de contas, que, naturalmente, foi uma intervenção técnica e não política, mas os números são o que são; e os números revelam que, efetivamente, o município tem uma boa situação financeira. Mas, adiante. Neste contexto tão exigente, como referiu e muito bem o Senhor revisor oficial de contas, foi cumprido o princípio do equilíbrio orçamental, que exige que a receita corrente bruta deva ser, pelo menos, igual à soma da despesa corrente, com a amortização dos empréstimos e, no final de 2024, a margem é positiva. E não é positiva por um valor residual, é por um valor bastante elevado, superior, aliás, quase de 7M€, portanto, acho que este número fala por si e seja qual for a intervenção política que se queira ter, é um número claro. Relativamente ao volume da receita arrecadada, incluindo o saldo de gerência anterior, atingiu cerca de 60M€. É de referir que é o maior valor de sempre, em Amarante. No que concerne à execução orçamental, parece-me que foi positiva, porque permitiu liquidar todas as faturas validadas e com entrada até 31 de dezembro e transitar para 2025, com um saldo orçamental superior a 11M€, demonstrando naturalmente o respetivo equilíbrio financeiro. No que respeita à dívida total do Município, também como aqui já foi referido, em 31.12.2024, era de 20M€, significando que está claramente abaixo do limite legal, que é superior a 55M€. Portanto, temos uma capacidade de endividamento utilizada de apenas 37% e, assim, temos ainda uma margem disponível de 63%, que é bastante elevada também. Pelo quarto ano consecutivo, foram liquidadas todas as faturas de fornecedores que deram entrada até 31 de dezembro e, portanto, o Município terminou o ano sem faturas por pagar, o que,

além de representar uma prova inequívoca de que tem uma boa situação financeira, representa também um contributo para o reforço de liquidez das empresas fornecedoras do Município, num período, como referi, que é revestido de incerteza e de instabilidade e que é de boa política fazer o que este executivo faz. Acho que também é de bom tom referi-lo porque, infelizmente, em Portugal, muitos municípios não é isso que fazem e, portanto, quando alguém faz bem, deve-se referir que fez bem e, portanto, não podia deixar de o fazer. Relativamente à Estratégia Local de Habitação, financiada através do Plano de Recuperação e Resiliência, que já iniciou a sua execução, e prevê-se que, mantendo-se a execução, que foi, digamos provisionada, é um investimento muito significativo na área da habitação, como, aliás, já tivemos oportunidade de ouvir nesta Assembleia Municipal. É de destacar que, num momento em que a habitação é um grande problema nacional, estejamos realmente a trabalhar para garantir condições dignas de habitabilidade para famílias carenciadas do nosso município. E, dessa forma, também acabámos por impulsionar a reabilitação urbana do concelho e naturalmente que esta política vai ter como consequência o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida dos amarantinos, que certamente unirá todos aqueles que estão nesta Assembleia Municipal. Gostaria também de referir a questão do Portugal 2030, que, apesar de se registarem vários atrasos na sua implementação, a verdade é que o Município, como é referido neste relatório, tem já diversos projetos prontos a ser apresentados em candidatura, logo que seja possível. Portanto, podemos olhar com otimismo para que se faça aquilo que se tem feito ao longo destes anos de governação da coligação Afirmar Amarante, que é um grande aproveitamento de fundos comunitários que são obviamente fundamentais para o desenvolvimento da nossa terra. E se fizermos nos próximos anos aquilo que fizemos no período que antecedeu este programa, ou seja, no Portugal 2020, certamente que o futuro será brilhante, basta lembrar que conseguimos arrecadar perto de 30M€, em fundos comunitários, na execução de alguns projetos que certamente acrescentaram qualidade de vida aos nossos concidadãos, competitividade e atratividade ao nosso território. E certamente que é necessário termos coragem, capacidade e proatividade para continuar a desenvolver Amarante com estes projetos que são absolutamente transformadores para o desenvolvimento da nossa terra. Naturalmente, que além da concretização destes projetos que recorrem a fundos comunitários que são estruturantes, continuou-se, em 2024, a execução de um conjunto de outros investimentos de requalificação urbanística, nomeadamente nas nossas freguesias, e reforçaram-se outros

investimentos, não menos importantes, naquilo que se refere não só ao apoio às juntas de freguesia, mas também instituições sociais, culturais e desportivas do concelho. E essas ações são naturalmente decisivas para transformar e engrandecer Amarante. Portanto, acho que é claríssimo e os números falam por si, pelo que Amarante está claramente no caminho do desenvolvimento e do progresso. Considero que todos nós devemos almejar que assim continue, porque os números permitem-nos olhar com otimismo e com confiança na concretização do grande programa de investimentos que está atualmente em execução, na nossa terra. É inequívoco que as demonstrações financeiras, aliás, aqui brilhantemente explicadas pelo Senhor revisor oficial de contas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Amarante e, neste sentido, naturalmente que o sentido de voto da bancada do PPD/PSD será o voto favorável e a aprovação do relatório de gestão e os documentos de prestação de contas do ano 2024.”-----

-----**O Senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Não posso deixar de aproveitar a discussão deste ponto e não sendo necessário acrescentar nada mais aquilo que é a discussão técnica e orçamental, digamos assim, porque o Senhor deputado Carlos Miranda acabou de o fazer, e muito bem, e julgo que foi amplamente claro, mas, também é preciso deixar claro - porque política também é isto -, que, desde 2013, que nós, em Amarante, vemos o Partido Socialista a anunciar a chegada do diabo. *Ele vai chegar*, diziam eles, e estamos em 2025, ele não chegou, mas ainda vimos aqui dizer que ele está a chegar, depois de toda uma explicação por parte do auditor externo. E depois, já agora vale a pena reler a intervenção que o Senhor deputado Carlos Miranda acabou de fazer, para que se clarifique e se mostre que esse diabo, nem chegou nem está a chegar, nem se prevê que chegue, pelo menos enquanto o Município de Amarante estiver a ser gerido conforme tem estado a ser, nos últimos mandatos. Importa também dizer mais algumas coisas; importa dizer que o quartel da GNR, o Solar dos Magalhães, Cine-Teatro, eixo central de Vila Meã, zonas de acolhimento empresarial, requalificação de algumas vias do Município; nas freguesias, o aumento de transferência de verbas e mais cooperação com as juntas de freguesia. Uma Câmara Municipal que deixou de estar de portas abertas para a subsidiodependência, para chegarem cá instituições ou presidentes de junta de chapéu na mão ou a ter um Presidente de Câmara que dizia: *sou eu que assino o cheque, eu é que decido!* Eu lembro-me, porque já estava

nesta Assembleia Municipal. E passamos a ter um Município que investe e investir também significa usar os meios que o país tem, por ter aderido à então Comunidade Económica Europeia, agora União Europeia, e que lhe permitem maximizar o investimento. Investimos 10, para ter um resultado de 70 ou 80. É isso que temos vindo a fazer e quando muitas vezes vemos a execução que pode derrapar até de um ano para o outro. Até acontece porque os próprios fundos comunitários a que nos estamos a candidatar para maximizar investimento atrasam. Muitas vezes são fatores externos ao Município, mas estamos a aproveitar fundos comunitários como não aproveitávamos antes; e estamos a aproveitá-los para melhorar o nosso território, para melhorar o nosso concelho, para melhorar aquilo que é Amarante. Querer vir pintar a tela de uma outra forma não é digno do trabalho que tem vindo ser feito em Amarante. Não é digno dos amarantinos, nem é digno de uma terra que tem Amadeo de Souza-Cardoso, é não saber pintar. E não se sabe pintar, quando se vem de uma Assembleia Municipal, como aquela que nós tivemos, anterior a esta, em que chegamos àquelas brilhantes conclusões a que chegamos, para voltar a vir aqui ter um discurso de acusar o atual Presidente da Câmara Municipal de sobrançeria. Eu anotei: *aproveitamento e promoção pessoal em ano de eleições*. Quando nós temos um município que, há três mandatos consecutivos, executa investimento, como não tinha vindo a executar, há vários anos; quando vemos resultados, quando temos a estabilidade financeira, quando não deixamos de pagar a ninguém, até passamos a pagar a horas, disseram o que disseram, que isso não era positivo. Portanto, quando passamos a ter tudo isto, vir aqui dizer que o que está a acontecer é o contrário, é preciso ter muito imaginação. Mas, deixem-me dar outra nota - e esta nota também me preocupa, porque eu fui eleito para a Assembleia Municipal, em 2005, tinha 21 anos, agora tenho 41, portanto, há 20 anos que ando aqui por estas funções autárquicas; quase 50% da minha vida, não é nada mau, e fui vereador da oposição, primeiro em substituição, quando alguém faltava, depois, 2011, creio eu, com a renúncia do mandato, assumi funções - e não me lembro, nunca - e está ali um senhor que também fora vereador, agora na oposição, mas que tinha o pelouro da Juventude, chateamo-nos algumas vezes - não me lembro, nunca, de ter dito isto e deixar isto escrito numa declaração de voto: *salientamos* - e estou a citar a declaração de voto do Partido Socialista -, *em sede de discussão e em complemento a esta declaração de voto, que os vereadores do PS não sabem nem têm condições de saber, por não terem responsabilidades na gestão de área do Município, por não exercerem funções em regime de permanência, se, nomeadamente: -----*

-----as contas em discussão respeitam com rigor e de forma adequada a dimensão e extensão e relevância contabilística dos passivos efetivos ou contingentes;-----

-----e essencialmente, se as transações subjacentes respeitam as normas de contratação pública aplicáveis;-----

-----se respeitam as normas dos regimes de vinculação de carreiras e de remuneração dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código de trabalho; -----

-----E se observam as incompatibilidades e limitações previstas nesses diplomas, razão também pela qual os vereadores do Partido Socialista não podem subscrever qualquer declaração de responsabilidade. -----

-----Mas abstêm-se! Eu, se tivesse essa desconfiança toda do Município - é que isto nem é do Executivo, isto é das pessoas todas que estão ali para trás, neste edifício, a trabalhar todos os dias; dos técnicos que assinam a contratação pública, dos juristas que validam se o código de trabalho é cumprido. É disso que nós estamos aqui a dizer, que não temos condições de validar, de verificar. Mas deve haver um princípio da boa-fé, que permita ter subjacente que, aquilo que vem a uma reunião do executivo, e sobre o qual se pronunciam, está bem feito. Eu estive na oposição, analisei muitos documentos, em que não tinha o conhecimento sobre se tecnicamente estava bem feito ou não, nem sequer tinha tempo, como vocês também seguramente não têm, de aprofundar centenas de páginas de documentação, que me chegavam com 72 horas, mas, jamais tive a coragem de subscrever uma declaração a desconfiar abertamente das entidades, dos colaboradores do Município e do Executivo Municipal, que trazia estas propostas à reunião. Acho grave, mas é condizente com a política de suspeição que, durante 12 anos, o Partido Socialista foi lançando para fazer oposição. É grave, acho que não é sério e acho que nos deve deixar preocupados sobre se é isto que estamos todos à espera de fazer quando estamos na política, porque isto vai-se aplicar a qualquer outra autarquia. Isto vai-se aplicar a qualquer outro organismo que funcione exatamente como este e, portanto, se aquilo que nós estamos aqui a querer dizer nesta declaração é que os vereadores da oposição não têm condições para analisar, votar e terem uma opinião, 100% fidedigna, daquilo que acontece no Município, então devem propor uma revisão àquilo que é a forma de governo das autarquias locais. Já tiveram essa oportunidade. E isto preocupa-me, lançar uma suspeita que não é positiva e que, Senhora deputada Ercília Costa, ajuda a favorecer aqueles discursos divisórios, de conspiração e de

potencial ódio. Fortalece os que são antissistema, digamos assim. Incomoda-me que os vereadores do Partido Socialista, ainda por cima, tendo um que já esteve em funções executivas, acho que é preciso ter algum cuidado com o que se diz, porque é uma suspeita que fica lançada e fica em ata e fica para que toda a gente veja. Eu percebo que a declaração seja triste, mas considero bem mais triste deixar isto numa declaração de voto.” -----

-----**Foi dada a palavra ao Senhor Vereador Hugo Carvalho, para defesa da honra, tendo proferido a seguinte intervenção:** -----

-----“Só um reparo, antes de começar o meu tempo. A defesa da honra não é dada pelo Senhor Presidente de Câmara. Podia-me conceder tempo da Câmara, mas não foi isso que foi pedido, porque não é isso que está em causa. -----

-----Eu vou usar esta frase sem nenhum receio, eu acho que alguns - já que falaram que tinham uma longa experiência e que ainda se consideravam jovens -, se calhar, quando forem grandes vão-se arrepender daquilo que dizem quando são pequeninos. A declaração de voto dos vereadores do Partido Socialista é séria, honesta e correta. E não faltam reuniões da Câmara onde os vereadores do Partido Socialista alertam para erros grosseiros em documentos de pontos que até já chegaram a ser retirados. Aliás, há bem pouco tempo, a reunião da Câmara foi interrompida por contributos sérios dados pelos vereadores do Partido Socialista. A reunião da Câmara foi interrompida e, em seguida, o ponto foi retirado. Nem era importante, nem relevante trazer para aqui essas questões. Mas deixe-me dizer o seguinte, o que os vereadores do Partido Socialista dizem - quando se tenta virar a questão, sobre o que é uma desconfiança dos serviços técnicos da Câmara, bem, deixe-me dizer, eu, numa reunião da Câmara, alertei para um erro num documento, sendo-me confirmado pelo Senhor Presidente de Câmara que queria alterar o ponto, nós fizemos a discussão do ponto como se ele tivesse sido alterado e, olhe, afinal, não foi. E depois a seguir, dizem que foi um agendamento técnico. Não, o agendamento é político, quando o ponto é acertado. Posto isto, dizer que o ponto das contas não é sobre um documento qualquer, é um documento que analisa com profundidade várias dimensões do Município. E o Senhor deputado Carlos Carvalho tem muita preocupação com as reservas que os vereadores do Partido Socialista colocam, que recebem os documentos que a Câmara Municipal envia e, mesmo assim, são, se calhar, 3.000 páginas. Mas, nesses documentos, pressupõe avaliar-se amortizações de capital, amortizações financeiras, inventário do município. E o Senhor deputado Carlos Carvalho acha que um vereador da oposição consegue ter a

certeza fidedigna de tudo o que foi realizado. O Senhor deputado Carlos Carvalho também considera que os vereadores do Partido Socialista podem, com os documentos que lhes são disponibilizados, afiançar que foram cumpridas todas as regras da contratação pública ou que estão espelhadas também na declaração do senhor revisor oficial de contas. Falou aqui muitas vezes das questões políticas das contas, mas depois há outras questões formais, mas o que o Senhor deputado Carlos Carvalho aqui veio afiançar, da responsabilidade política dos vereadores do Partido Socialista, enfim, num ataque quase sem carácter, a quem não se poderia defender, mas, enfim, fazendo-o da forma que quer fazer política. Mas, aquilo que eu gostava de desafiar o Senhor deputado Carlos Carvalho, era que lesse o parecer do revisor oficial de contas e ver se, no seu entendimento, estava pronto para aqui ser discutido por si, porque eu desafio-o a ler as palavras de reserva, de incapacidade de análise de dados, para ver se o Senhor deputado Carlos Carvalho leu o mesmo documento, permita-me essa sobrançeria, se mantém o que disse e se efetivamente essa reserva se mantém.” -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha, após o pedido de defesa da honra do Senhor deputado Carlos Carvalho, advertiu-o que a defesa da honra não fosse usada para voltar a falar do que já fora dito anteriormente.-----

-----**O Senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, usou da palavra em defesa da honra, proferindo a seguinte intervenção:** -----

-----“Agradeço o reparo, mas tenho pena que não o tenha feito também à intervenção que aconteceu aqui, que foi uma resposta à minha intervenção. Não foi uma defesa da honra de ninguém e eu estou aqui para defender a honra, na sequência de me terem dito que o meu ataque foi sem carácter. Como eu considero que tenho carácter e é por o ter que venho cá e digo aquilo que tenho a dizer. Eu li aquilo que foi a declaração de voto, assinada pelos vereadores do Partido Socialista, no caso até nem foi o vereador que a assinou. O que eu estou a dizer, e volto a reafirmar, é que o que aquela declaração diz - e convém também que fique espelhado em ata a minha intervenção anterior, onde eu disse exatamente aquilo que depois, na resposta - que não foi uma defesa de honra, Senhor Presidente - que me foi dada a seguir, que não foi nenhuma defesa de honra, vieram aqui dizer que eu considerava que os vereadores do Partido Socialista tinham tempo para ler e analisar. Não, eu disse precisamente o contrário. Eu sei que não, mas eu entendo é que numa declaração de voto e não deve ficar expresso como ali está. O que ali está é uma

suspeita clara sobre a forma como tramitam os processos, como é feita a contratação, como é respeitado o código de trabalho, ou não. E eu entendo que isso não é algo que um Executivo deva exercer daquela forma. Isto não é nenhuma falta de carácter. Se eu não o tivesse, não o dizia aqui. É verdade, porque o que está ali dito é que se suspeita ou que se pode suspeitar que há processos ou procedimentos que não cumprem com aquilo que é a legalidade e, portanto, eu entendo que quando se está numa oposição, deve-se estar num princípio de boa-fé e confiança. E se se suspeita que alguma coisa não é correta ou legal, deve-se agir em conformidade, mas não, pura e simplesmente, desculpar numa declaração de voto que não consigo confirmar. Claro, naturalmente, eu acho precisamente que ninguém na oposição consegue validar se qualquer processo está bem ou mal instruído. A questão aqui é deixar isso claro e vincado como uma marca, numa declaração que é política. O que consta daquela declaração política é uma suspeita sobre procedimentos e serviços que são técnicos e que são introduzidos numa análise política a um documento que é muito importante e relevante. E é esta a minha declaração, que é única e simplesmente uma avaliação política àquilo que é uma declaração, que também é política. Portanto, eu não estou aqui a ferir a honra nem o carácter de ninguém, nem a usar adjetivos para classificar ninguém. Entendo é que os vereadores do Partido Socialista prestam, há 12 anos, um mau serviço a dizer que o diabo vai chegar a Amarante; que não chegou e que não chegará, em três mandatos onde Amarante teve mais crescimento que nos últimos 30 anos.”-----

----- **O Senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu entendi pedir a palavra, no seguimento destas últimas intervenções que se fizeram aqui neste ponto e começo por dizer que, enfim, parece que já nos esquecemos do ponto que estamos a discutir, que é a análise da conta de gerência do município, relativamente ao ano anterior. E se nós, há pouco, falávamos que temos de ter cuidado para que os discursos extremistas e para que o populismo e a demagogia não vençam e não estejam presentes na nossa discussão pública, nós temos visto este truque sistematicamente por parte, nomeadamente, do Senhor deputado Carlos Carvalho, que é tentar desviar a conversa, do essencial para o acessório. E, portanto, vamos discutir a declaração do voto do Partido Socialista; vamos discutir aquilo que foi o exercício do Partido Socialista, durante os mandatos do Dr. Armindo Abreu e do Dr. Francisco Assis. Não importa nada falarmos dos últimos 12 anos, dos 600M€ que o município teve ao seu dispor, desde 2013 até

agora. Não interessa para nada falar daquilo que foi a sua performance, aquilo que são as suas competências e o seu exercício. Isso não interessa discutir. Imagino que, ao fim de 600M€, vocês estejam um pouco desconfortáveis e que seja mais fácil para vocês falarem do passado e do Partido Socialista, imagino que assim seja. Mas o que é certo e que é importante é discutir aquilo que estamos aqui a discutir, que é a conta de gerência do ano de 2024 e aquilo que têm sido os exercícios do PSD, ao longo dos anos de 2013, até agora. Já agora, dizer que este é o maior orçamento. Sim, de facto, é o maior orçamento do Município de Amarante, como são os maiores orçamentos de todos os municípios do país, por força do PRR, que está presente no país e, portanto, é isso que justifica o aumento dos orçamentos. Não é uma iniciativa ou uma ação extraordinária, deste ou daquele município.” -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Vieira Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Agora fiquei um pouco confuso. Não sei por onde começar a minha intervenção. Se por esta última intervenção, se pela primeira, do Senhor deputado Cândido Zoio, se pela última, que me parece uma intervenção um pouco despropositada, desculpe que lhe diga, Senhor deputado Torcato Ferreira. Obviamente que este orçamento é o maior de sempre, como é o de quase todos os municípios. E isso nunca foi escondido, está aqui, a Estratégia Local de Habitação. O nosso ainda é maior, porque, felizmente, temos mais milhões de euros para alocar à habitação do que a maior parte dos municípios. Isto é um facto. E comprova-se que, hoje, estamos já com a execução das obras, que, para muitos, eram, diria, quase impossíveis de concretizar. Quero fazer uma ressalva ao que disse o Senhor Vereador Hugo Carvalho. Aconteceu um caso ou outro de retirada de um ponto, agora não faça desse caso uma questão recorrente. Como também as reservas do auditor externo, que se prende sempre com uma questão, e que fique bem claro e que não haja dúvidas nenhuma, que é, ano após ano, o inventário. O inventário que não está correto, como não esteve no passado e que é sobre tudo o que é fontanários, estradas, viadutos, todo o património. Este inventário tem vindo a ser atualizado. Ano após ano, sempre que há uma intervenção numa estrada, o valor é atualizado; sempre que há uma intervenção num imóvel, num edifício, é atualizado. E, portanto, há esta referência menos positiva da impossibilidade de análise. Mas fiquem todos descansados e sossegados. Se no passado a Câmara Municipal tinha boas contas, também tem agora e terá no futuro. Também uma nota para dizer que pagar atempadamente aos fornecedores é um ponto de honra. Foi um ponto de honra para

o anterior Presidente da Câmara, como será um ponto de honra que queremos manter no presente e no futuro. Portanto, sabemos bem ter as contas em dia e isso dá-nos muitas vantagens, como, por exemplo, o facto de haver sempre concorrentes às nossas empreitadas, às tantas, com preços mais vantajosos do que os que se praticam noutros municípios, alguns até da nossa região. -----  
-----Depois, relativamente à intervenção do Senhor deputado Cândido Zoio, estava aqui a ver se me dispensava de tecer alguns comentários, porque o Senhor deputado Carlos Miranda já o fez. Mas apetece-me dizer-lhe: decida-se! Quando diz que as receitas próprias representam uma quantia pequena do valor total do orçamento e, portanto, o senhor quer ficar com menos receitas próprias? O senhor sabe que tem uma receita própria que tem a ver com o IRS, se o quer devolver – e é legítimo, não estou a dizer que isso seria uma má política - agora entendo que, por enquanto, se esse dinheiro for bem aplicado, na educação, na ação social, na habitação, na mobilidade, só temos de dizer aos nossos munícipes, que temos aqui dinheiro para aplicar e que abduquem, durante algum tempo, em 50€, em 100€, ou em 150€ do seu IRS. E se perceberem que o seu dinheiro é bem aplicado, acho que nenhum vai trocar isso, tendo melhor educação para o seu filho, mais parques infantis e melhor mobilidade. Portanto, eu acho que isso não é um problema. Agora, mencionar que usamos a tática de empolar os orçamentos, não é artimanha nenhuma, porque para nós até seria mais fácil chegar aqui com um orçamento e ter com uma taxa de execução de 100%. Agora, no ano passado, o orçamento foi efetuado com base em quê? No Portugal 2030, que se iria iniciar. Portanto, se os avisos se atrasaram e saíram quase no final do ano passado, todas aquelas obras que estavam previstas, que só agora se iniciaram, mas já podiam estar executadas, como o Nó Viário do Salto, a antiga estação do caminho de ferro, as escolas. Portanto, já poderiam estar executadas em 2024. E deixe-me dizer que para nós, politicamente, seria muito mais vantajoso essas obras já estarem executadas, porque teríamos uma taxa de execução mais elevada e estávamos, hoje, já a pensar noutros projetos e noutras obras. E não foi possível porque os avisos do Portugal 2030 demoraram a sair. Por isso, havia questões que estavam no orçamento, mas tiveram que transitar para este ano e era previsto terem sido executadas no ano passado. Há pouco tempo fizemos a escritura da aquisição do parque de estacionamento de Santa Luzia, no valor de 650.000€, sem recurso a empréstimo bancário; compramos agora um terreno ao Senhor Lino Couto, que era um assunto que já andava aqui, há 20 anos, por 210.000€, também sem recurso a empréstimo bancário. Assim, pela nossa

parte, podia ter sido executado em 2024 e, dessa forma, tínhamos executado mais e o saldo de gerência a transitar teria sido inferior. Quanto aos serviços externos, o valor é elevado. Por exemplo, para executarmos as obras que estão em andamento, na habitação, o nó viário do Salto, entre outras, gastamos, ou melhor, investimos 600.000€, porque não temos capacidade de resposta para os fazermos internamente. Com esta capacidade, permitiu-nos fazer este ano, além dos contratos-programa, a nível de protocolos, só no início do ano, já temos cerca de 900.000€. 50.000€ para uma freguesia, 50.000€ para outra, 100.000€ para outra. Temos a consciência disso mesmo, que as freguesias executam melhor, mais rápido e mais barato. -----

----- Quanto às outras questões, estou plenamente de acordo, mais uma vez, com o Senhor deputado Carlos Miranda. Concordo que temos de continuar nesta linha de execução, aproveitar os fundos comunitários e é verdade que temos aqui agora decisões para tomar, mas também estaremos cá para as tomar com consciência, com realismo, mas também com esta vontade de querer continuar a contribuir para o desenvolvimento de Amarante.” -----

----- **O Senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Acho que é deselegante falar de outros municípios e da dívida que outros municípios possam ter ou não, como fez o Senhor Presidente da Câmara. Acho que não fica bem, quando diz que outros municípios poderão não ter a mesma capacidade que nós temos de pagar. O que é certo é que se iniciou aqui uma conversa do fora-de-jogo, quando não se viram os golos. E os golos são 75% da despesa corrente, o Senhor Presidente da Câmara disse que esta despesa corrente era com outros serviços; outros serviços, porque temos projetos; e os projetos, então, custaram 16M€. Disse assim: *Esta despesa de outros serviços, foi porque nós fizemos projetos.* Parti do princípio que então tem que ser mais conciso, porque são 16M€ de outros serviços. Ora, se calhar, não querendo ser deselegante para alguns municípios, é o orçamento de muitos municípios portugueses, infelizmente. Muita gente disse aqui a questão das taxas. Ora bem, eu acho que o ex-primeiro ministro, o Senhor António Costa trouxe à política portuguesa este paradigma de nós conseguirmos ter mais receita, não aumentando impostos, que era como? Aumentando as contribuições. Aqui, o que nós temos que fazer é deixar de perder 4.000 pessoas, segundo os últimos censos, porque, agora, essas pessoas estariam em Amarante a contribuir e com isso pagariam mais impostos. Logo, a receita aumentaria. Quando olhamos para as freguesias, eu tenho mesmo esse receio, quando analisamos mais do que estes

documentos, a questão dos censos e outras questões, em algumas freguesias perdemos mais de metade da população. Isso assusta-me. E se nós conseguirmos trazer mais emprego para cá - e como é que se traz mais emprego para a Amarante? - tendo zonas industriais. Agora vão dizer *as zonas industriais que nós estamos a fazer*. Portanto, nós fizemos algumas, à data, que são as que agora estão a aumentar; as únicas que existem e que foram feitas pelo Partido Socialista, com exceção da zona industrial de Aboadela. Digo aquilo que são as zonas industriais, que o Partido Socialista fez e, agora, estão a aumentar, com muito menos recursos que o Estado transferia para as câmaras municipais, que não tinha nada a ver com a atualidade. Aliás, se nós quisermos então ser deselegantes e falar de outros municípios, temos Felgueiras, um bom exemplo. Empresas que se fixaram lá, como foi noticiado, para criar 2.000 postos de trabalho, por exemplo. Era uma empresa que podia certamente fixar-se aqui, em Amarante, se nós tivéssemos uma zona industrial digna desse nome, para acolher este tipo de equipamentos. Provavelmente, o número de postos de trabalho que vão ser promovidos naquela empresa, é certo que é para residentes, porque, se calhar Felgueiras não tem capacidade, em termos de população ativa, para conseguir empregar lá aquelas pessoas todas, era isso o que eu queria para Amarante. O Senhor Presidente só consegue isso para a Amarante, é verdade, com projetos, mas não é com 75% da despesa, em despesa corrente. Eu que sou um básico em contas, se tenho que pagar a água, a luz, o gás, a renda de casa, o que for, isso é despesa corrente. Eu quero comprar uma outra habitação, por exemplo, 30m<sup>2</sup>, isso é investimento. Portanto, o que nós estamos a falar é que apenas um quarto da despesa foi para esse fim. Deixemo-nos de lateralizações. E eu fico contente que tenham estado atentos à declaração de voto dos vereadores do Partido Socialista, que foi muito profícua, muito interessante e muito dirigida àquilo que era este relatório de contas. Portanto, estiveram mais atentos à declaração do que propriamente ao relatório, isso é que me deixa contente.” -----

-----**O Senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Queria pôr alguma ordem em alguma demagogia que aqui foi dita. Já sabemos que, para o senhor deputado, *Amarante está um caos, está tudo mal feito, não se faz nada*. Mas os amarantinos, felizmente, não têm pensado assim e têm-nos dado confiança. Espero, francamente, que nos continuem a dar essa confiança e que não pensem como o senhor deputado. E depois eu rio-me, quando ouvi falar o Senhor

deputado Carlos Carvalho, quando ele era vereador da oposição, eu também era, e estava aqui sentado. Claro que era totalmente diferente, nós, na oposição, nunca tínhamos tempo, é evidente. A lei está assim e os vereadores que não estão em regime de permanência, não têm tempo de analisar documentos, às vezes de centenas e até milhares de páginas. Mas nós discutíamos e quando tínhamos dúvidas, perguntávamos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal ou aos senhores vereadores, e eles respondiam ou então pediam que os técnicos municipais explicassem. Nunca iria pôr numa declaração de voto que desconfiava, se estava mal feito ou bem feito. Podem pôr o que quiserem, não estou a criticar isso. Eu não poria isso. O Senhor deputado Carlos Carvalho sabe, quando havia dúvidas, nós próprios - eu tenho um bom historial nisso, modéstia à parte, nós ajudávamos o próprio Executivo Municipal a resolver muitos problemas. Claro que eu nunca votaria qualquer coisa se tivesse a mínima dúvida na minha consciência, já lhes digo, nunca faria uma coisa dessas. Eu pedida explicações, quer ao Senhor Presidente ou aos vereadores, quer aos técnicos municipais. Penso que agora a postura é a mesma, nem o Senhor Presidente, nem os senhores vereadores, nem os técnicos no Município deixaram de dar explicações e dar esclarecimentos, como é devido, aos senhores vereadores do Partido Socialista. Agora, a população, senhor deputado, qual foi o município da CIM-TS que não perdeu população? Foi Lousada, acertou. Mas não ganhou população. Em 2011, no Censos anterior, Amarante também perdeu muita população, mais que os outros municípios, proporcionalmente. Mas deixe lá, senhor deputado, estou convicto de que, agora, com as migrações, acho que os municípios vão ganhar mais população. Não é propriamente da culpa de um partido ou do outro, é um problema do país e penso que agora se vai reverter. E depois, quando vem falar das zonas industriais, eu até me rio. Porque eu também estava aqui, na altura, do anterior Executivo, quando falei pela primeira vez nestas coisas, a resposta que me deram foi: *isso é com os privados*. Durante 24 anos, estivemos parados e isso está a ser pago. Já se está a fazer muita coisa, mas, infelizmente, ainda vamos pagar essa inércia durante muitos anos. Nesse aspeto, o PS, pode-se dizer, entre aspas, que foi o coveiro da nossa terra. Parámos em termos de investimento em zonas de acolhimento empresarial. Agora está-se a fazer, mas isto não se faz de um dia para o outro, como sabem." -----

-----**O Senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"A intervenção anterior do Senhor deputado António Araújo, praticamente,

abordou os pontos que eu queria trazer aqui, mas há um que eu quero voltar a sublinhar – as intenções de investimento por parte de qualquer empresa ou de qualquer empresário variam, mas têm questões de base muito importantes e uma delas é o ecossistema. Nós não podemos, à data de hoje, estar a comparar o que é Amarante, do ponto de vista de atração de investimento empresarial para fixação de negócios, sejam eles de tipologia forem, como um Município – não fui eu que o disse, mas foi o senhor deputado que o referiu – como Felgueiras. Mas a questão é que nós vimos Felgueiras desenvolver o *cluster* do calçado e seus derivados e outras componentes, durante muitos anos, e principalmente na década de 90. Portanto, é muito natural que, à data de hoje, seja muito mais atrativo investir e desenvolver negócios num ecossistema já existente e maduro do que apostar em instalar-se num concelho que, durante muitos anos, esteve de costas voltadas para as empresas; e nós estivemos verdadeiramente de costas voltadas para as empresas, durante os anos 90. Portanto, atirar um caso isolado para o ar é deselegante para com os outros, mas também é deselegante para nós próprios, porque estamos aqui a discutir coisas diferentes e situações bastante diferentes, também. Portanto, importa ressaltar isso. Amarante perdeu tempo e tem-se vindo a tentar recuperá-lo, nos três últimos mandatos. Com um investimento que tem vindo a ser feito em áreas de acolhimento empresarial, ainda voltaremos a abordar isso. Considero que deve ficar sublinhado, já que se trouxe esse tema para a discussão, que Amarante corre numa pista e corre com atraso, mas é um atraso que tem décadas e que vai demorar muito tempo a ser recuperado. A perda de população é uma lástima demográfica que temos em Portugal e na Europa, e que, infelizmente um concelho como o de Amarante vai continuar a sofrer, por várias questões, sendo que a principal delas é apesar de os municípios fazerem um esforço para contrariar esta tendência, porque senão ainda seria pior, e não importa a cor política de cada um. O principal problema da perda de população de municípios como o de Amarante e que não estejam numa faixa litoral - e só mesmo numa faixa litoral muito específica - é a política nacional, independentemente de que partidos sejam, ou as tendências que estiverem a governar o país, a verdade é que tem sido a política central dos vários governos que temos tido, que tem contribuído para a centralização do país e para a perda de população de muitos concelhos para áreas centrais, como Lisboa e arredores e um bocadinho do Porto.” -----

----- **O Senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Eu já tinha dado quase por determinado este ponto, mas, enfim, quando

uma mentira é dita muitas vezes, ela não se pode transformar numa verdade. E, portanto, nós não podemos assistir, impávidos e serenos, àquilo que os senhores deputados António Araújo e Carlos Carvalho dizem que a governação do Partido Socialista foram os coveiros das zonas de acolhimento empresarial e que não houve um investimento no acolhimento empresarial no Município. E que só agora é que se fez luz e que as empresas vinham em catadupa para o concelho, quando os indicadores nos dizem precisamente o contrário, coloco as seguintes questões: Os parques EDT e o IET que foram constituídos e que são o principal centro empresarial do concelho, em que mandatos foram realizados? Nos mandatos do Partido Socialista ou nos do PSD? A zona industrial do Carido, quando foi construída? A Zona industrial de Telões, a zona industrial de Fregim e Louredo? E, já agora, faço a pergunta por outro lado: quais foram as zonas industriais criadas por vocês, nos últimos 12 anos, a não ser a da Aboadela? Dei os exemplos dos parques EDT, do IET, da zona industrial do Carido, da zona industrial de Telões, da zona industrial de Fregim e Louredo, e pergunto-vos a vocês, quais foram aquelas que vocês constituíram e que estão disponíveis para que possam acolher novas empresas para Amarante.” -----

----- **O Senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Na questão que foi lançada, muito francamente, vou-me abster sobre quem adquire o terreno, quem o disponibiliza, quem o promove. Se formos falar de parques EDT e do IET a discussão tem de ser longa, porque não é só o Município, mas acho que importa dizer uma coisa. Ainda que se criem as zonas industriais, há um outro tipo de trabalho que é preciso ser feito e que não era feito e, portanto, elas foram criadas, mas não foram depois utilizadas nem promovidas devidamente. Diga-me lá, quantas reuniões é que teve o Município de Amarante, por exemplo, com a AICEP, antes de 2013? Digam quantas vezes é que Amarante esteve inscrito junto da Agência que promove o investimento externo em Portugal, para que os empresários investissem cá? Se fez uma pergunta, eu também posso fazer outra pergunta, é muito simples. A verdade é que vocês prepararam o terreno e fizeram zero para o promover. A verdade, também, é que nós vimos Felgueiras a evoluir e a ter o *cluster* do calçado a ser desenvolvido, por uma presidente que até era da vossa cor. Podiam ter pedido ajuda e nem isso. Portanto, é muito fácil vir aqui dizer, que até tínhamos as áreas industriais, mas não as promoviam. É como comprar um tecido para fazer camisas e não as saber fazer a seguir. E foi isso que, durante 20 anos, fizeram, a realidade está à vista. Amarante cresceu com uma economia sustentada em

pequenas e médias empresas e muitas delas da área da construção, altamente vulneráveis, e foi porque o Município de Amarante nunca desenvolveu uma política económica séria que fosse para além daquilo que era a aquisição e disponibilização de terrenos. Portanto, é muito fácil vir aqui dizer que nós compramos terrenos e fizemos a área industrial, mas a seguir não tivemos capacidade para atrair um único empresário, para investir e fixar-se em Amarante. E fecho com o seguinte: basta olhar para o que aconteceu com a ENERCOM.” -----

-----**O Senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Só queria tentar serenar os ânimos, porque o Senhor deputado Carlos Carvalho parece que está exaltado, e não vale a pena, até porque é Presidente da Associação Nacional de Jovens Empresários e, portanto, tem até uma obrigação acrescida de poder responder a estas questões. E o que é certo é que todos percebemos que a resposta que o Senhor deputado Carlos Carvalho aqui deu foi que o Município de Amarante construiu zero unidades de encolhimento empresarial.”-----

-----**O Senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“O que o Senhor deputado Torcato Ferreira veio aqui dizer, foi que esta Câmara Municipal não investiu. Mas a Câmara já investiu e não foi só em Aboadela. Portanto, isso não é correto. Eu conheço a zona industrial do Carido, aquilo até tem uma entrada muito esquisita. Nós estamos a falar de coisas relevantes como, por exemplo, a fixação de uma multinacional, como é a Fischer, na Aboadela. Isto é um investimento relevante. O IET, não foi a Câmara Municipal. Por acaso, até fui eu que fiz os estatutos, salvo erro. A Câmara Municipal associou-se e quem teve o trabalho, de facto, foi a associação que criou o IET. A Câmara Municipal nunca fez lá nada de relevante, além de nomear o diretor executivo. Aliás, quanto à zona onde está implantado o IET, acho que a Câmara Municipal, na altura, cometeu um erro muito grave, porque tinha ali um património que podia ter sido muito valioso para o Município, em termos futuros, e limitou-se a ter 5%, o que não serve e nunca serviu para nada. Eu acho que, um dia, quando se fizer história, ainda se vai questionar como é que esse erro foi cometido, na altura? Isto porque a Câmara teve a oportunidade de ficar ali com um património vasto, que daria para desenvolver, como agora se está a desenvolver. Na altura, ficou com apenas 5%, ficando os restantes 95% para o setor privado. Foi um erro grave, em termos estratégicos. Depois, é verdade o que disse o Senhor deputado Carlos Carvalho, esses pequenos

investimentos que vocês fizeram, em Fregim e Louredo, trata-se de investimento privado, penso eu. Depois, não houve a promoção adequada. Quantas empresas se implantaram, na zona industrial de Telões, até há doze anos atrás? Eu nem sei se foram vocês que compraram tudo; penso que já foi este executivo que comprou parte daquela área. Eu não tenho a certeza, mas vou confirmar isso. Atualmente, acho que se estão a fixar lá algumas, mas antes não se fixaram. Até havia uma área destinada às empresas, ali junto à EN15, quem vai para Penafiel, penso que pertence a Vila Meã, na zona de Oliveira, mas, até hoje, não tem lá ninguém. Enquanto, do outro lado da estrada, que pertence a Lousada, está tudo cheio de empresas. Do lado de Amarante, ficou coberto com mato. Eu não sei se ainda lá existe a zona de acolhimento empresarial e se é da Câmara Municipal, ou seja, nunca foi devidamente promovida porque não havia essa política de apoio à fixação de empresas. O Senhor deputado Carlos Carvalho deve-se lembrar disso, eu nas primeiras reuniões, como vereador, falei logo nisto, que a Câmara Municipal devia ser um facilitador e promover a fixação de empresas, porque já era um problema, na altura, e a resposta que me foi dada, senhor deputado, isto é verdade, foi: *isso é com os privados*. Portanto, a política era esta. Infelizmente, foi assim que se passou.” -----

-----**O Senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Em exercício da defesa da honra, quero vir aqui, na pessoa do Senhor Presidente, dos membros do executivo, de toda a Assembleia Municipal, pedir desculpas à Assembleia Municipal pela minha interpelação ao Senhor deputado Torcato Ferreira e dizer que lamento que se o Senhor vereador Hugo Carvalho alguma vez sentiu que eu misturei funções extra municipais, se o fiz foi por ser em funções políticas. Mas dizer que, ao mesmo tempo, eu não aceito que venham numa intervenção, usar outras funções que eu possa exercer, que foi o que fizeram, que se misturem alhos com bugalhos. Repito, eu peço desculpa à Assembleia Municipal porque, depois de já estar sentado, no meu local, e de ver passar o Senhor deputado Torcato Ferreira, que tinha acabado de proferir aquela declaração, fruto, eventualmente, de serem onze da noite e o dia ter começado cedo, não importa, tive uma má reação com o senhor deputado e, portanto, peço desculpa à Assembleia Municipal. Contudo, não posso aceitar que se misturem alhos com bugalhos, ao vir aqui referir uma associação, que nem sequer está sedeadada em Amarante; e que se use isso como uma espécie de arma de arremesso para rematar uma intervenção que é feita no âmbito de uma discussão de política local. Portanto, lamento a minha

reação, mas lamento também esta postura, porque é a postura de quem também tem poucos argumentos. Nós estamos a discutir argumentos e se vamos começar a pessoalizar – o Senhor vereador Hugo Carvalho fez essa menção, há pouco - a minha justificação é esta, são funções políticas. Mas, neste caso, não se tratou de funções políticas e não tem nada a ver com o que eu faço aqui, em Amarante. Lamento, mas não vou admitir que se façam este tipo de comentários.”-----

-----**O Senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Senhor Presidente, antes de mais, peço desculpa a todos por este ponto estar a demorar mais tempo do que devia e sem discutirmos aquilo que verdadeiramente interessaria. Quero dizer ao Senhor deputado Carlos Carvalho que, em momento algum, eu quis misturar aqui funções e sequer menozizar ou querer fazer alguma alocação, enfim, que fosse menos cordial e menos elegante, na circunstância de exercer as funções que exerce fora daqui. Aliás, desde já, o parabenizo e, enquanto amarantino, me regozijo por ter outro amarantino a exercer cargos de relevância, fora do concelho. Posto isto, Senhor Presidente da Assembleia há umas sessões atrás, quando o anterior Senhor Presidente da Câmara Municipal se referiu à minha pessoa, no tocante às funções que exercera neste Município, quando pedi para fazer a minha defesa da honra, não me permitiu, por entender que a minha honra não fora ofendida. E mais, já por outras vezes, se referiu aqui a circunstância de eu trabalhar fora, em outro município, e não me senti ofendido. Pelo menos, nunca houve reação perante a circunstância de referenciarmos as funções que cada um de nós exerce. Portanto, não foi nesse sentido e, sinceramente, eu não peço desculpa ao Senhor deputado Carlos Carvalho, porque acho que não ofendi a sua honra e espero ter esclarecido as razões de me referir à circunstância de ele exercer as funções que exerce. E para a próxima vez, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecia que usasse o mesmo peso e a mesma medida.” ---

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Vieira Ricardo, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Quase me apetece dizer *tudo está bem quando acaba bem*. Por vezes, entramos em discussões que não nos levam a nada, porque, efetivamente, cada um defende o que é feito do seu lado. Posto isto, há aqui uma questão que todos têm que perceber, nestes últimos 12 anos, pelo menos a nível de fundos de coesão, de fundos comunitários, não houve fundos para áreas de acolhimento empresarial. E isso faz muita diferença. Já os houve no passado, mas o que quero dizer é que, nos

últimos anos, não houve essa possibilidade de o Município recorrer a fundos comunitários, como fez para variadíssimas obras, seja da cultura, da mobilidade, da regeneração, entre outras. E todos sabemos muito bem que sem esta faculdade há opções que têm de se fazer. Uma zona empresarial como aquela que nós hoje estamos a promover, em Vila Meã, e que daqui a pouco teremos aqui um ponto que também refere esse processo, nós sabemos que, contando apenas com fundos próprios, isso implica fazer opções que terão um impacto no orçamento municipal, porque não vai dar para corresponder a outras necessidades. Para a aquisição de terrenos – e já foi aqui dito, e muito bem, que, no ano passado, houve um aumento do endividamento -, está inscrito um valor aproximado de 1M€. Isto tem de ser feito desta forma. A verdade é que a área da zona de acolhimento empresarial de Aboadela, se calhar, é bem superior a todas as que se fizeram no passado. Não me venham falar de Fregim, porque ali são investimentos privados. Relativamente a este ponto, acho que está mais que debatido e esclarecido e, portanto, vamos continuar com boas contas e a fazer opções. Considero que em Vila Meã, com passos que foram dados nesse sentido, com o acordo da CCDR-N – já agora, deixem-me falar de outras dificuldades, achavam que a área era demasiado grande para uma zona industrial, com 633.000m<sup>2</sup> - não foi muito fácil ter a anuência daquela entidade. Está aqui a Senhora Vice-Presidente, que pode confirmar isso mesmo. Agora, em Telões, foram mais 30.000 m<sup>2</sup>. Está previsto criar dez lotes, não é muito grande, mas é mais uma resposta que se dá. Portanto, é nesse sentido que queremos continuar a trabalhar.”

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar, conforme deliberação da Câmara Municipal, os documentos finais de prestação de contas do ano de 2024, dos quais constam os elementos identificados no ponto B da informação da DFP, bem como aprovar o Relatório de Gestão e Contas do ano de 2024 e o inventário dos bens, direitos e obrigações do Município, tudo em conformidade com o estabelecido no ponto 4.1 da Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas, e ainda de acordo com os seguintes elementos que daqueles documentos resultam: -----

----- Balanço -----
----- Total do ativo: 176.063.410,11€ -----
----- Total património líquido/capital próprio/fundo social: 145.472.146,53€ -----
----- Total passivo: 30.591.263,58€ -----
----- Demonstração de Resultados (DR) -----
----- Total de Rendimentos: 49.549.668,54€ -----

-----Total de Gastos: 48.577.514,09€-----

-----Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)-----

-----Total de Recebimentos: 56.546.375,58€-----

-----Total de Pagamentos: 49.054.371,38€-----

-----Desempenho orçamental (DDO)-----

-----Total de Recebimentos: 56.546.375,58€-----

-----Total de Pagamentos: 49.054.371,38€-----

-----Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental-----

-----Saldo inicial de operações orçamentais: 3.647.730,98€-----

-----Saldo final de operações orçamentais: 11.139.735,18€-----

-----Saldo inicial de operações de tesouraria: 2.154.830,15 €-----

-----Saldo final de operações de tesouraria: 1.938.154,04€-----

-----Mais deliberou, aprovar a aplicação do resultado líquido do exercício positivo (972.154,45€) do ano de 2024, 95% em resultados transitados (923.546,73€) e 5% em reservas legais (48.607,72€).-----

-----Esta deliberação foi tomada por maioria com 29 votos a favor, 22 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 51 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, por ter estado ausente da sala.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 51 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação desta minuta, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, por ter estado ausente da sala.-----

**4. Autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais - (Registo n.º 2730/2025/04/02).**-----

-----Inscreveu-se para usar da palavra:-----

-----**O Senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do Partido Socialista, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----Nos pontos 4, 5, 6 e 7 o Partido Socialista irá votar favoravelmente, sendo os seguintes para conhecimento, vimos propor a sua votação conjunta.-----

-----O Senhor deputado Carlos Alberto Miranda, do Grupo Municipal do PSD, manifestou interesse em usar da palavra no ponto n.º 5.-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do n.º 1 do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, deliberou emitir autorização prévia genérica favorável à

assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes: -----

-----Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; ou

- Os seus encargos não excedam o limite de 500.000 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; ou -----

- Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma financeiro de investimentos ou aquisições de bens e serviços por atraso no início, arranque ou no decurso da execução dos respetivos contratos.-----

Mais, --- -----

- A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida, só poderá fazer-se quando, para além das condições atrás previstas, sejam respeitadas as regras e os procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, sem prejuízo do previsto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; -----

- Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida; e-----

-----O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições supra, já assumidas, a assumir ou que produzam efeitos a partir de 1 de janeiro de 2025.-----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação deste ponto, os senhores presidentes das juntas de freguesia da Lomba e de Mancelos, por terem estado ausentes da sala. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação desta minuta, os senhores presidentes das juntas de freguesia da Lomba e de Mancelos, por terem estado ausentes da sala. -----

**5. Alteração ao Plano Diretor Municipal de Amarante** – (Registo n.º 10560/2024/12/12). -----

-----Inscreveu-se para usar da palavra: -----

-----**O Senhor deputado Carlos Alberto Miranda, do Grupo Político**

**Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção: -----**

-----“Permitam-me que venha aqui falar sobre matéria, que me parece realmente muito relevante, porque a alteração ao PDM que hoje aqui votámos, reveste-se de um cariz muito importante, por causa de uma situação que já falamos, hoje, a criação de zonas de acolhimento empresarial. Portanto, estes procedimentos que constam da proposta de requalificação de solo rústico, nomeadamente, de categorias de espaços florestais, para solo urbano, na categoria de espaços de atividades económicas. Estas têm como base territorial, três áreas, duas na freguesia de Vila Meã, respetivamente, com cerca de 4ha e 60ha, e outra na freguesia de Fridão, com 2,1ha. Esta proposta demonstra claramente que a questão das áreas de acolhimento empresarial são uma prioridade muito relevante para este Executivo e que precisamos muito delas para sermos competitivos na captação de investimentos, face aos municípios que nos rodeiam. A aposta que se faz, nomeadamente, em Vila Meã, demonstra que se acredita no potencial daquela zona do concelho, pela localização que tem, que é realmente bastante central, face aos municípios circundantes. Portanto, com isto estamos a dotar o Município de espaços que são necessários para servir e para atrair empresas tecnologicamente avançadas e confluir para o melhor desenvolvimento económico do nosso concelho. É importante o Município estar a dinamizar e a apoiar a livre iniciativa privada, para que possamos voltar a ter mais indústrias de metalomecânica, do turismo e da indústria de transformação de madeiras, entre outras, como outrora trouxeram um grande prestígio e emprego à nossa terra. Já foi aqui falada a questão da demografia, certamente com estas empresas vamos conseguir atrair e fixar população, em Amarante, e dar resposta a uma faixa etária que é efetivamente decisiva, os jovens amarantinos, que aquilo que pedem a este Executivo e a todos aqueles que estão nesta Assembleia Municipal é que tragam para a Amarante empresas e emprego, porque só assim é que eles efetivamente podem conseguir viver na terra onde nasceram e cresceram. É isso que todos nós aqui temos que contribuir e, portanto, naturalmente, também fico satisfeito por verificar que os vereadores do Partido Socialista também votaram favoravelmente a esta proposta e, por maioria de razão, os da coligação Afirmar Amarante também o fizeram. Desta forma, com a aprovação desta proposta, hoje é um dia importante para Amarante.” -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea r), n.º 1, artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou aprovar a proposta constante da deliberação da Câmara Municipal e, assim,

por não ter havido participações a ter em consideração na fase da consulta pública e por terem sido sanadas as condicionantes colocadas nos pareceres favoráveis condicionadas de algumas das entidades auscultadas: -----

1. Quanto à reclassificação de solo para urbano e, por conseguinte, a sua requalificação (de espaço florestal, predominantemente, para área de atividades económicas) de área sita na freguesia de Vila Meã, designada de VM1, com a área de 4ha: -----

- Aprovar o procedimento de reclassificação do solo rústico para urbano, com a categoria de espaço de atividades económicas, constituídos pelo conteúdo material e documental previsto nos artigos 96.º e 97.º do RJIGT, já constante dos respetivos processos e aqui aplicáveis com as adaptações necessárias, em função da natureza e objetivos da alteração da proposta;
- Dispensar o procedimento de alteração do PDMA do procedimento de avaliação ambiental estratégica de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 120.º do RJIGT conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58, de 4 de maio;
- Dispensar o procedimento de posterior elaboração e aprovação de unidade de execução tendo presente que todos os benefícios e encargos, incluindo aqueles relativos à execução de infraestruturas, serão da responsabilidade dos proprietários privados dos prédios abrangidos; -----
- Aprovar que, como resulta do disposto no n.º 7 do artigo 72.º-A do RJIGT, e sem prejuízo do disposto no n.º 8 desse mesmo artigo, a não realização das operações urbanísticas previstas na deliberação de reclassificação no prazo de cinco anos a contar da publicação a que se refere o n.º 5 do artigo em causa, determina, automaticamente, a caducidade total ou parcial da classificação do solo como urbano. -----

2. Quanto à reclassificação de solo para urbano e, por conseguinte, a sua requalificação (de espaço florestal, predominantemente, para área de atividades económicas) de área sita na freguesia de Vila Meã, designada de VM2, com a área de 60ha: -----

- Aprovar o procedimento de reclassificação do solo rústico para urbano, com a categoria de espaço de atividades económicas, constituídos pelo conteúdo material e documental previsto nos artigos 96.º e 97.º do RJIGT, já constante dos respetivos processos e aqui aplicáveis com as adaptações necessárias, em função da natureza e objetivos da alteração da proposta; -

- Dispensar o procedimento de alteração do PDMA do procedimento de avaliação ambiental estratégica de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 120.º do RJIGT conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58, de 4 de maio;
  - Dispensar o procedimento de posterior elaboração e aprovação de unidade de execução tendo presente que todos os benefícios e encargos, incluindo aqueles relativos à execução de infraestruturas, serão da responsabilidade do Município, ainda que, com a obrigatoriedade de, com uma ou mais fases, ser elaborado o respetivo projeto de execução; -----
  - Aprovar que, como resulta do disposto no n.º 7 do artigo 72.º-A do RJIGT, e sem prejuízo do disposto no n.º 8 desse mesmo artigo, a não realização das operações urbanísticas previstas na deliberação de reclassificação no prazo de cinco anos a contar da publicação a que se refere o n.º 5 do artigo em causa, determina, automaticamente, a caducidade total ou parcial da classificação do solo como urbano. -----
3. Quanto à reclassificação de solo para urbano e, por conseguinte, a sua requalificação (de espaço florestal, predominantemente, para área de atividades económicas) de área sita na freguesia de Fridão, com a área de 2,1ha: -----
- Aprovar o procedimento de reclassificação do solo rústico para urbano, com a categoria de espaço de atividades económicas, constituídos pelo conteúdo material e documental previsto nos artigos 96.º e 97.º do RJIGT, já constante dos respetivos processos e aqui aplicáveis com as adaptações necessárias, em função da natureza e objetivos da alteração da proposta;
  - Dispensar o procedimento de alteração do PDMA do procedimento de avaliação ambiental estratégica de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 120.º do RJIGT conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58, de 4 de maio;
  - Dispensar o procedimento de posterior elaboração e aprovação de unidade de execução tendo presente que todos os benefícios e encargos, incluindo aqueles relativos à execução de infraestruturas, serão da responsabilidade dos proprietários privados dos prédios abrangidos; -----
  - Aprovar que, como resulta do disposto no n.º 7 do artigo 72.º-A do RJIGT, e sem prejuízo do disposto no n.º 8 desse mesmo artigo, a não realização das operações urbanísticas previstas na deliberação de reclassificação no prazo de cinco anos a contar da publicação a que se refere o n.º 5 do artigo

em causa, determina, automaticamente, a caducidade total ou parcial da classificação do solo como urbano. -----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação deste ponto, os senhores presidentes das juntas de freguesia da Lomba e de Mancelos, por terem estado ausentes da sala. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participaram na votação desta minuta, os senhores presidentes das juntas de freguesia da Lomba e de Mancelos, por terem estado ausentes da sala. -----

**6. Código Regulamentar do Município de Amarante – Retificação de erros materiais da Tabela Geral de Taxas - Livro III - Urbanismo – Ratificação - (Registo n.º 2546/2025/03/27). -----**

-----Não houve inscrições para usar da palavra -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, deliberou ratificar a deliberação da Câmara Municipal, com o n.º 165/2025, de 01 de abril de 2025, através da qual foram aprovadas as correções de erros materiais na Tabela de Taxas referentes ao Livro III do Código Regulamentar do Município de Amarante, bem como que essa mesma retificação retroaja os seus efeitos à data da sua entrada em vigor. -----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 51 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, por ter estado ausente da sala. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 51 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação desta minuta, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, por ter estado ausente da sala. -----

**7. Aprovação do Regulamento de Organização e Funcionamento do Estabelecimento Termal de Amarante – (Registo n.º 447/2025/01/17). ---**

-----Não houve inscrições para usar da palavra.-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou

aprovar o Regulamento de Organização e Funcionamento do Estabelecimento Termal de Amarante, conforme deliberação da Câmara Municipal.-----

----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 51 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação deste ponto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, por ter estado ausente da sala. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 51 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação desta minuta, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, por ter estado ausente da sala.-----

**8. Alteração aos contratos interadministrativos celebrados com as Juntas de Freguesia – Atividades de cariz cultural – Para conhecimento - (Registo n.º 2080/2025/03/13).** -----

----- Não houve inscrições para usar da palavra.-----

----- Este assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

**9. Manual de Gestão – Primeira revisão – (Registo n.º 1948/2025/03/10) – Para conhecimento.** -----

----- Não houve inscrições para usar da palavra. -----

----- Este assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

**10. Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações | Relatório anual | 2024 – (Registo n.º 1472/2024/02/23) – Para conhecimento.**-----

----- Não houve inscrições para usar da palavra. -----

----- Este assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

**11. Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas | Relatório de avaliação anual | 2024 – (Registo n.º 2951/2025/04/09) – Para conhecimento.** -----

----- Não houve inscrições para usar da palavra.-----

----- Este assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, quando eram vinte e três horas e trinta e seis minutos.-----

----- Da presente reunião foi lavrada esta ata, que, depois de lida e aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária de 28.06.2025, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO

  
  
